Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 10 / 12 / 97
cod PPD 000 69

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

PROPOSTA CURRICULAR DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU PARA O MAGISTÉRIO DE 1º A 4º SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

MODALIDADE SUPLÊNCIA

PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

Instituto Socioambiental/ 1997

Acervo ISA

SUMÁRIO

1. Apresentação 02
2.Contexto 05
3. A educação escolar no Parque Indígena do Xingu 14
4.Bases legais 16
5.Bases conceituais 18
6.Objetivos gerais.....21
7. Caracterização do Projeto de Formação de Prof. Indígenas para o Magistério.....21
7.1. Etapas intensivas.....22
7.2. Acompanhamento Pedagógico às escolas indígenas (Estágio Supervisionado)... ..23
7.3. Elaboração de Trabalho de Pesquisa.....24
7.4. Elaboração de Materiais Didáticos.....25
7.5. Metodologia do Projeto de Formação..... .25
7.6. Avaliação.....27
7.7. Critérios que orientam a participação dos prof. indígenas.....29
7.8. Disciplinas e grade curricular.....29
8.Especificação das disciplinas do Programa 30
8.1 Disciplinas de Formação Geral 31
8.1.1.Língua indígena 31
8.1.2.Língua portuguesa 34
8.1.3. Matemática..... 36
8.1.4. História.....38
8.1.5. Geografia 40
8.1. 6.Ciências Naturais e Programa de Saúde.....43
8.1.7. Artes 45
8.2..Disciplinas de Formação Profissional.....47
8.2.1. Linguística.....47
8.2.2..Metodologia de alfabetização.....48
8.2.3. Metodologia de ensino de língua portuguesa.....50
8.2.4. Literatura e Literatura Infantil.....51
8.2.5. Antropologia 51
8.2.6. Metodologia e prática de ensino.....53
8.2.7. Metodologia de pesquisa.....54
8.2.8. Educação Física.....55
8.2.9. Fundamentos da educação escolar indígena.....56
8.2.10. Psicologia Educacional.....56
9. Cronograma dos Cursos.....57
10. Relação dos Professores Cursistas.....59
11. Equipe responsável pelo Projeto 61
12. Bibliografia 64

Anexos:

Anexo 1 - Relação das escolas e professores do PIX.....72
Anexo 2 - Modelo de Relatório de Acompanhamento às Escolas Indígenas.....81

Ia

Acervo ISA

Anexo 3 - Ficha de Avaliação e Acompanhamento dos Prof. Indígenas.....87
Anexo 4 - Documento de conclusão.....91
Anexo 5- Ficha de matrícula e Termos de Compromisso.....92
Anexo 6- Ficha de Frequência e Aproveitamento

Acervo ISA

PROPOSTA CURRICULAR DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS PARA O MAGISTÉRIO

PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU *

ITAENYFUK (Pedra Brilhante)
YRYKU (Urucum)

1. APRESENTAÇÃO:

A proposta de currículo aqui apresentada destina-se à formação de 56 professores indígenas para o Magistério dos povos do Parque Indígena do Xingu (PIX): Kamaiurá, Aweti, Waurá, Mehinaku, Yawalapiti, Kuikuro, Kalapalo, Matipu, Nahukuá, Trumai, Ikpeng, Suiá, Kaiabi, Yudjá, Tapaiuna, Panará, Metyktire.

Participam das etapas intensivas de formação dois professores Mekrangotire da aldeia Kubekàkre e dois professores Kaiabi da aldeia Cururuzinho, localizadas no Pará.

O Projeto de Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu foi iniciado pela AVA-Associação Vida e Ambiente, em 1994. Até o final de 1996 foram completadas cinco etapas intensivas do Curso de Formação. Em 1996 o projeto passou a ser de responsabilidade do ISA- Instituto Socioambiental. A partir de então foram priorizados dois procedimentos:

1- A realização de duas etapas intensivas por ano (cada etapa com a duração de 30 dias).

2- Acompanhamento pedagógico às escolas indígenas.

Apesar das limitações impostas por recursos insuficientes, o Projeto vem apresentando resultados positivos, tanto no aperfeiçoamento da prática pedagógica dos professores indígenas, quanto no desenvolvimento da alfabetização e estudo das línguas indígenas do PIX. Antes da implantação do Projeto, apenas 10 professores lecionavam, trabalhando somente com a alfabetização em língua portuguesa, sem orientações pedagógicas e linguísticas que permitissem o desenvolvimento do ensino bilíngue e intercultural, direito conquistado pelos povos indígenas na Constituição Brasileira.

* A designação Terra Indígena do Xingu passou a ser o termo adotado pela Funai em 1996, substituindo o termo Área Indígena, no entanto optamos por continuar utilizando o termo Parque Indígena do Xingu, por ter sido esta a terminologia no decreto de homologação da área.

Acervo ISA

Gestão territorial é o tema adotado como espinha dorsal do processo de formação, perpassando todas as disciplinas, que abrangem a gerência do próprio território, exercida pelos índios, a manutenção e revitalização cultural e linguística, o uso e preservação dos recursos naturais, sobrevivência econômica e relacionamento com a sociedade não-indígena, em especial na convivência com as fazendas, municípios e projetos de colonização ou econômicos, limítrofes ao Parque Indígena do Xingu.

Os professores indígenas vêm registrando sua prática em diários de classe, metodologia comprovadamente eficaz para garantir a reflexão e a avaliação desses professores do seu processo de ensino-aprendizagem.

É importante ressaltar que o grupo de professores indígenas é bastante heterogêneo quanto a competência comunicativa na oralidade e escrita da língua portuguesa.

Dos 56 professores indígenas cursistas apenas 6 são remunerados através de contratos temporários pelas Secretarias Municipais de Educação: Txuakre Metyktire, Tamôk Metyktire, Kokopjeti Metyktire e Bebàiti Metyktire, pela Secretaria Municipal de Educação de Peixoto de Azevedo, Yanahim Waurá e Yunaki Yawalapiti pela Secretaria Municipal de Educação de Gaúcha do Norte. Tanto a equipe de educadores, antropólogos e linguistas, responsáveis pela formação, quanto os professores indígenas, desejam a regularização e o reconhecimento do processo de formação de professores pela Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso, com um currículo que respeite a especificidade cultural dos povos do Parque Indígena do Xingu, para obter no futuro a contratação dos profissionais indígenas, o reconhecimento das escolas e o acesso a programas de apoio e desenvolvimento da educação fundamental.

O texto que apresentamos pretende servir de base para o amadurecimento e desenvolvimento da discussão sobre educação escolar indígena, tanto no âmbito do Parque Indígena do Xingu, quanto em outras áreas indígenas do Estado, onde se desenvolvem experiências semelhantes, como os Projetos Tucum, Inajá e Geração.

As escolas do Parque Indígena do Xingu vêm funcionando de acordo com o calendário de festas e da possibilidade de seus professores conciliarem a sobrevivência cotidiana e o trabalho pedagógico, sendo uma reivindicação dos mesmos a contratação, com o direito à remuneração por seu trabalho, durante o processo de formação e ao seu término. Trabalhar como professor exige uma dedicação quase que exclusiva no planejamento, realização e registro das aulas, tendo cada professor no mínimo duas turmas de alunos, acumulando ainda atividades de caça, pesca e trabalho na roça, necessárias ao sustento de suas famílias.

A proposta de formação para o Magistério aqui apresentada destina-se à capacitação de professores indígenas para o ensino de primeira à quarta série do primeiro grau, na modalidade suplência, vinculada à Escola Estadual de Suplência de 1° e 2° Graus de Canarana. Como resultado do processo de formação desenvolvido, esperamos que os professores indígenas possam elaborar os princípios

Acervo ISA

curriculares que norteiam a prática pedagógica dos professores indígenas nas escolas xinguanas de primeira à quarta série.

Esperamos ainda que a proposta curricular aqui apresentada possa servir de parâmetro também para o estabelecimento de relações com as Secretarias Municipais de Educação dos municípios aos quais as escolas indígenas do Parque Indígena do Xingu estão jurisdicionadas: Feliz Natal, Marcelândia, São José do Xingu, Gaúcha do Norte, Querência, Peixoto de Azevedo, Paranatinga, Canarana e São Félix do Araguaia, relações estas que podem ser intermediadas pela Secretaria Estadual de Educação, que desenvolve a formação de professores indígenas através do Projeto Tucum. É necessário que referidos municípios possam contribuir na educação escolar indígena, respeitando a sua especificidade, daí a urgência de estabelecer os parâmetros nos quais se dará esta relação, uma vez que a prática mais comum por parte dos municípios que decidem apoiar as escolas indígenas é a utilização das mesmas orientações pedagógicas utilizadas nas escolas dos não-índios.

Acervo ISA

2. CONTEXTO

O Parque Indígena do Xingu e os povos que o habitam

QUADRO POPULACIONAL:
Fonte: UPM/1995.

POVO	ALDEIAS	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO/ ETNIA
Yawalapiti	Kuaryp PI Leonardo V. Boas	Gaúcha do Norte	196
Kamaiurá	Ipavu Morená	Gaúcha do Norte Feliz Natal	303
Waurá	Piyulaga	Gaúcha do Norte	226
Mehinaku	Uyaipioku	Gaúcha do Norte	149
Aweti	Aweti	Gaúcha do Norte	93
Kalapalo	Tanguro Kalapalo	Querência	326
Kuikuro	Kuikuro	Gaúcha do Norte	343
Matipu	Matipu	Querência	62
Nahukuá	Nahukuá	Querência	64
Trumai	Boa Esperança Terra Preta PIV Steinen	Feliz Natal	89
Ikpeng	Ikpeng/PI Pavuru	Feliz Natal	214
Kaiabi	Tuiararé Capivara Sobradinho Kururu Barranco Alto Maracá Guarujá PI Diauarum	Querência São Félix do Araguaia Feliz Natal Marcelândia Feliz Natal Marcelândia Feliz Natal São Félix do Araguaia	655
Suiá	Rikô Ngosoko PIV Wawi	Querência	213
Yudja	Tuba-Tuba	Marcelândia	181
Panara	Nãsepotiti	Altamira	159

Acervo ISA

Metyktire	Metyktire Kapôt	São José do Xingu/ Peixoto de Azevedo Peixoto de Azevedo	577
Tapaiuna	Metyktire Kapôt Rikô	São José do Xingu/Peixoto de Azevedo Peixoto de Azevedo Querência	58
Total			**3.908**

No Parque Indígena do Xingu (PIX) viviam 17 povos, com uma população total de 3.908 pessoas (UPM, 1995). Houve uma alteração administrativa na Funai a partir de 1994, tendo sido definido como território de responsabilidade da Administração Regional do Xingu e denominado PIX a extensão do Parque que vai até o limite da BR-080. A Terra Indígena Kapôt/Jarina e a Terra Indígena Mekrangotire estão vinculadas à Administração Regional de Colider. Os Panará reconquistaram parte de seu território tradicional, a Terra Indígena Panará, tendo concretizado a mudança de toda a sua população para esta terra em 1997. Apesar destas divisões administrativas professores Metyktire, Panará e Mekrangotire participam do Curso.

As fronteiras do PIX, em suas sucessivas reformulações, jamais incluiram a totalidade dos territórios tradicionais dos povos que passaram a ser conhecidos como "índios do Parque". Há fronteiras internas entre as diferentes etnias, estabelecidas de modo não rígido, mas reconhecíveis e reconhecidas pelos índios. A história do contato, os trabalhos de "pacificação", ou seja de conquista, por parte das frentes de expansão da sociedade nacional e, mais tarde, a própria criação do Parque em 1961, estabeleceram novos limites - agora entre índios e não-índios - impostos por forças externas, às sociedades indígenas. Os territórios tradicionais indígenas se extendiam ao leste, a oeste e ao sul, para além das fronteiras do PIX.

A primeira documentação da riqueza étnica da região do alto curso do rio Xingu decorre das viagens do primeiro etnógrafo que visitou a área, o alemão Karl Von den Steinen, em duas viagens - 1884 e 1887 (Steinen, 1886/1942; 1894/1940). A partir dos anos 40 deste século, todavia, se abre um novo capítulo da história dos povos xinguanos, confundindo-se com a história da criação do Parque Nacional.

Em 1943 foi criada a Expedição Roncador-Xingu (ERX), vanguarda da Fundação Brasil Central (FBC), que se inseria num programa do governo estadonovista de ocupação das regiões centrais do Brasil. Nesse contexto, os irmãos Villas-Bôas, membros e futuros chefes da expedição, chegaram à região dos formadores do rio Xingu se defrontando com uma densa população indígena. Os Villas-Bôas se converteram definitivamente à causa da proteção dos índios do Xingu, que ganham nesse período as páginas dos jornais, com repórteres e fotógrafos acompanhando o avanço da frente da expedição.

Acervo ISA

Já a partir de 1948, Orlando Villas Boas pedia a proteção das terras do Alto Xingu e denunciava os projetos de colonização que começavam a querer se apropriar das mesmas, por iniciativa do Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso. A política de colonização das terras indígenas de Mato Grosso se intensificou na década de 50, chegando a recortar toda a área que viria a ser o Parque em centenas de propriedades particulares, na maior parte dos casos compradas "no mapa" e graças à expedição de certidões negativas falsas pelo Estado de Mato Grosso e por funcionários coniventes do então SPI.

Dada a gravidade da situação, foi lançada a proposta de se criar um Parque Nacional na região e o Vice-Presidente da República Café Filho constituiu uma comissão presidida pelos Brigadeiro Raimundo Vasconcelos Aboim e integrada por Heloisa Alberto Torres, Orlando Villas Boas e Darcy Ribeiro para estudar o assunto. Em 17 de abril de 1952 a comissão, liderada pelo próprio Marechal Cândido da Silva Rondon, apresentou um anteprojeto de lei que criava o Parque Nacional do Xingu com uma área de 200.000 quilômetros quadrados ou 20 milhões de hectares.

O Dr. Café Filho encaminhou o anteprojeto para apreciação do então Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, em 27-04-1952. Café Filho afirmava na justificativa do anteprojeto que a Marcha para Oeste, movimento nacional, tinha revelado ao País uma vasta área onde viviam numerosas tribos em isolamento milenar. Forças poderosas se levantaram de imediato contra a realização do projeto de criação do Parque, que nunca viria a se concretizar com os limites propostos em 1952. O Parque chegou a existir somente quase dez anos depois, pelo Decreto n° 50.455, de 14 de abril de 1961, com uma área 10 vezes menor do que aquela do ante-projeto de 1952. O traçado excluía os territórios tradicionais de vários grupos indígenas.

O Decreto n° 63.082, de 6-08-1968, modificava os limites meridionais, reconhecendo parcialmente o erro do decreto de 1961, que tinha excluído os territórios tradicionais dos grupos meridionais, os do Alto. Destes, permaneciam, porém, seccionados os territórios dos grupos Aruak e Karib, finalmente incorporados - não em sua integridade - ao Parque pelo Decreto n° 68.909 de 13/7/71, que traçava a fronteira na altura da latitude 13° Sul, acima da confluência dos rios Tanguro e Sete de Setembro. O traçado da BR-80 se tornou, então, a fronteira norte que dividiu o território Metyktire. A demarcação do Parque se realizou em 1978. Hoje os índios defendem e fiscalizam ativamente as fronteiras do PIX, ameaçadas por invasões de madereiros e fazendeiros, pescadores e caçadores.

Uma visão já clássica tanto para os índios como para os não-índios mapeia o Parque em duas áreas distintas culturalmente e historicamente. Uma região mais definida, chamada de "Alto (Xingu)", outra mais heterogênea conhecida como "Baixo (Xingu)".

Acervo ISA

O Alto: os povos dos formadores

Na região do Alto Xingu vivem 10 povos (Kamaiurá, Aweti, Kuikuro, Kalapalo, Matipu, Nahukuá, Mehinako, Yawalapiti, Waurá e Trumai) em 14 aldeias, com uma população de 1.851 pessoas (UPM, 1995). É a região dos formadores do rio Xingu, percorrida pelo rios Steinen, Ronuro, Batovi, Culiseu e Culuene, de oeste para leste, que constitui uma "área cultural", como foi definida por Eduardo Galvão (1950; 1953), já que nele povos diferenciados, sobretudo do ponto de vista linguístico, convivem e compartilham de traços culturais em diversos domínios: padrão de aldeamento, economia, parentesco, cosmologia, valores, rituais intra e inter-tribais - e que se distinguem entre si por outros traços, que funcionam como emblemas de identidades contrastivas, como a manufatura de artefatos para troca, o território de ocupação histórica e a língua ou dialeto.

Ao tratar dos povos que habitam até hoje a bacia dos formadores do rio Xingu, ao norte de Mato Grosso, pressupõe-se uma unidade tanto geográfica e ecológica como sócio-política. Seus limites geográficos são claros. A bacia dos formadores, área de transição entre o cerrado e a floresta, é drenada por um leque de rios, sendo os principais os rios Culiseu, Culuene, Ronuro e Batovi, interligados por um emaranhado de igarapés, canais e lagoas, que confluem a 11°55' de latitude sul e a 53°35' de longitude oeste, no Morená, ponto chamado pelos índios de "centro do mundo", palco da criação do universo físico e humano. A bacia é fechada ao sul pelo chapadão mato-grossense, a oeste pela Serra Formosa que divide a drenagem entre o rio Xingu e o rio Teles Pires, ao leste pela Serra do Roncador que a separa da bacia do rio das Mortes-Araguaia.

A ocupação indígena do Alto é muito antiga; dados arqueológicos atestam uma ocupação Aruak desde 960 a.d (Heckenberger, 1995). Sucessivas migrações para a região foram formando o complexo alto-xinguano. Karl Von de Steinen (1940, 1942) já observava, no final do século passado, as notáveis semelhanças culturais dos grupos dos formadores. Apesar das consideráveis distâncias que separavam os povos alto-xinguanos - na época consideráveis porque percorridas a pé ou em canoa e maiores das de hoje -, eles tinham desenvolvido um contato pacífico entre eles, alimentado através de casamentos, trocas comerciais e uma intensa atividade cerimonial, com a realização de grandes "festas" intertribais. Ao longo do tempo foi se formando uma rede social intertribal entre grupos que passaram a compartilhar muitos traços culturais (Basso, 1969).

Muitos pesquisadores que, desde Von den Steinen, têm realizado suas investigações na região alto-xinguana destacam a existência dessa sociedade inter-tribal, a sua homogeneidade. Outros procuram evidenciar também as diferenças entre os povos alto-xinguanos, chamando a atenção para a integração das diferenças - processo histórico ainda em andamento - e para o fato de que tais diferenças podem nos dar luzes sobre a origem histórica desses povos, sobre sua proveniência e migrações em tempos pré-históricos. Como dissemos, há uma surpreendente diversidade linguística, a manutenção da autonomia política de cada povo - que

Acervo ISA

preza a sua própria identidade distintiva - ligada ao território que ocupa, a percepção das diferenças que cada povo tem dos outros.

Nos anos 40 se inicia o trabalho de investigação antropológica na região do Alto Xingu empreendido pelos pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Dessa fase de pesquisa resultaram recenseamentos da população alto-xinguana e a localização dos diferentes grupos. Os Waurá, Mehinaku, Kalapalo, Kuikuro, Matipu, Aweti, Kamaiurá e os Trumai permaneciam em seus territórios nas mesmas áreas identificadas por Von den Steinen no fim do século XIX.

Até 1952, data de outra expedição científica do Museu Nacional, mudanças se processaram no Alto Xingu. Em primeiro lugar, a contaminação com vírus de gripe e sarampo causou uma violenta depopulação, que atingiu seu ápice na epidemia de sarampo de 1954. Com isso, as aldeias dos grupos Karib do Culiseu/ Culuene foram deslocadas mais próximas do Posto Indígena Leonardo, ao norte dos territórios tradicionais, já que os índios Kalapalo, Kuikuro, Matipu e Nahukuá, dizimados desde a gripe trazida pela ERX, passaram a depender da assistência médica dispensada nos Postos da FBC. Observe-se que mencionamos aqui apenas as informações documentadas sobre as epidemias que atingiram a região mais recentemente. Sabemos pelos relatos da história oral de diversos grupos indígenas que o contágio fatal trazido pelos brancos causou várias e sucessivas crises demográficas desde a "descoberta", marcando, inclusive, o período imediatamente posterior às viagens de Von den Steinen (Agostinho, 1972; Franchetto, 1992). Assiste-se ao início de crescimento demográfico, lento mas constante, somente a partir dos anos setenta, graças a implementação de assistência médica e a campanhas de vacinação. Se alguns povos desapareceram ou foram absorvidos por outros sobreviventes à época dos contágios, hoje surgem novas aldeias e há um processo de expansão e reocupação de porções dos territórios tradicionais, até passando além da fronteira do Morená (é o caso de uma aldeia Kamaiurá).

A sociedade alto-xinguana é multilíngue; seus 10 povos falam línguas que pertencem aos troncos Tupi e Aruak e Karib, além do Trumai, língua considerada isolada. O Kamaiurá é uma língua Tupi-Guarani, o Aweti é língua Tupi (talvez uma Tupi-Guarani marginal); Mehinaku, Waurá e Yawalapiti são línguas Aruak (família Maipure); Kuikuro, Kalapalo, Matipu e Nahukuá são línguas Karib; o Trumai é uma língua isolada. No interior de cada agrupamento linguístico - Tupi, Aruak ou Karib - há variação de tipo dialetal, com graus variados de inteligibilidade mútua. O uso e domínio da língua portuguesa é incipiente, em graus que variam de aldeia para aldeia, mas não chega a ameaçar, por enquanto, o domínio das línguas maternas. Constitui exceção a situação dos Trumai, que pode ser definida como de processo de crise linguística; constata-se o delineamento de fronteira geracional: os mais jovens estão utilizando cada vez menos a língua materna e cada vez mais o português. Também a língua Yawalapiti não é mais utilizada pelos mais novos, sendo fluente entre estes as línguas Kuikuro e Kamaiurá.

Os "povos dos formadores" também se diferenciam entre si nas atitudes e participação diante do projeto de educação escolar. Há uma oscilação entre a busca

Acervo ISA

de soluções autônomas e uma maior dependência de pressões externas (escolas da FUNAI, municipais, estudar nas cidades, professores não-índios residindo nas aldeias). Trata-se da consequência de uma história específica do contato e de estratégias políticas específicas (que ao mesmo tempo unificam e separam os grupos do Alto entre si e com relação ao resto do PIX). Kamaiurá (da aldeia Morená), Mehinaku, Aweti e os grupos Karib (Kuikuro, Kalapalo, Nahukuá e Matipu) são os que mais participam das etapas do Curso de Formação. Para os Trumai, os cursos e a assessoria linguística têm significado uma mudança positiva na sua postura valorativa diante da língua materna. Os Kamaiurá do Ipavu e os Yawalapiti estão se incorporando ao processo.

O Baixo: os povos a jusante

A região chamada de "Baixo" se estende do território Trumai, logo abaixo da confluência dos formadores que originam o rio Xingu, ao sul, até a estrada BR-80, ao norte. O mosaico étnico é, aqui também, rico e complexo; as histórias dos diferentes povos do Baixo divergem, convergem e correm distintas. Povos extintos e cujos sobreviventes foram absorvidos pelos grupos atuais são: os Manitsauá, os Yarumá e os Awaiky.

- Os Ikpeng (Txikão)

São um povo de língua Karib, que se separou há dois séculos do conjunto Arara do médio curso do rio Xingu. No começo deste século,o grupo Ikpeng estava na região dos rios Ronuro e Culiseu, após vários deslocamentos que os levaram do rio Iriri aos rios Teles Pires, Juruena e Rio Verde (Menget, 1977). Permaneceram no rio Ronuro e baixo rio Jatobá até 1967, onde foram contatados, já enfraquecidos, pelos Villas-Bôas e de onde foram levados para o Posto Indígena Leonardo. Dez anos depois, a sua população tinha crescido de 53 para 82 pessoas e eles ergueram uma aldeia própria abaixo do Morená, na margem esquerda do rio Xingu. Hoje eles são 214 pessoas (UPM,1995).

Os Ikpeng participam ativamente do Curso de Formação e o Posto Indígena Pavuru, por eles administrado, já hospedou vários de tais cursos. A língua indígena é dominante, seu domínio escrito, ainda em processo de definição de ortografia, vem sendo utilizada nas atividades escolares. A proficiência em língua portuguesa é reduzida.

- Os Suiá ocidentais e os Suiá orientais

Trata-se de povos de língua Jê. Os Suiá orientais se separaram dos ocidentais (Tapaiuna) há mais de 150 anos atrás (Seeger, 1981). Os últimos permaneceram na região do rio Arinos onde seriam contatados e de onde seriam trazidos, já reduzidos a apenas 40 indivíduos, para o Parque nos anos sessenta, juntando-se aos Suiá orientais. Atualmente os Tapaiuna vivem entre os Suiá e os Metyktire, totalizando 58 pessoas (UPM,1995). Os Suiá orientais, entraram há um século e meio atrás na região dos formadores, ocupando sucessivamente o rio Ronuro, o Alto Xingu e o rio

Acervo ISA

Suiá-Missú. Atualmente habitam duas aldeias, Rikô e Ngosoko, com uma população de 213 pessoas. A população Suiá está aumentando: nos anos sessenta eram pouco mais de sessenta pessoas.

Os Suiá acompanham com interesse o Curso de Formação. A língua materna é dominante e o domínio da língua portuguesa incipiente.

- Os Kaiabi

Povo de língua Tupi-Guarani, os Kaiabi são originários dos rios Teles Pires, dos Peixes, Arinos, Verde, alto e médio Paranatinga, a oeste do Xingu. Começaram a entrar na região do Xingu a partir dos anos 50 (Grümberg, 1970), expulsos de seus territórios pelas frentes de expansão da sociedade nacional. Ajudaram a fundar o Posto Indígena Diauarum e a partir de 1955 se estabeleceram na boca do rio Arraia, afluente do Manitsauá-Missu. Daí se expandiram, chegando a uma população atual de mais de 655 pessoas (UPM,1995), distribuídas em várias aldeias nas duas margens do alto curso do rio Xingu.

Os Kaiabi foram e continuam sendo protagonistas da administração do PIX. O Posto Indígena Diauarum hospeda regularmente o Curso de Formação. Continuam conservando sua língua, aumenta o uso do Kaiabi escrito; o domínio e uso da língua portuguesa é maior, mas não chega a destronar o Kaiabi como primeira língua.

- Os Yudja (Juruna)

As primeiras notícias dos Yudja ou Juruna, povo de língua Tupi, remontam ao ano de 1625. No século passado era uma população de cerca de 2.000 pessoas que ocupava o baixo e médio curso do rio Xingu. Empurrados por missionários, pelas bandeiras e por seringalistas, sofreram uma drástica depopulação até o final do século XIX e se concentraram a montante do Xingu, entrando em contato com os Suiá. No início deste século, passaram a ocupar o território entre a cachoeira Von Martius e o rio Manitsauá-Missu. Os Yudja passaram a visitar as aldeias do Alto. Em 1949 os Villas Boas os encontraram na foz do Manitsauá-Missu (Lima, 1986). Hoje cerca de 181 Yudja habitam a aldeia de Tubatuba (UPM,1995) e eles participam com interesse crescente do Projeto de Formação de Professores Indígenas. A língua indígena é hegemônica, é utilizada nas atividades de alfabetização e se desenvolve o domínio do Yudja escrito. O uso e domínio da língua portuguesa são incipientes.

- Os Metyktire (Txukarramãe)

Os Mekrãgnotire são remanescentes de uma grande população de língua Jê que no início do século XIX estava localizada no interflúvio Araguaia-Tocantins: os Kayapó do norte. Grupos destes empreenderam uma migração para oeste, rumo ao rio Xingu, pressionados pelos "caçadores de índios" e pelo avanço da sociedade nacional. Longa e complexa é a história dos deslocamentos e cisões dos grupos Kaiapó (ver Verswijver, 1985). A partir do início deste século, os Mekrãgnotire se encontram entre a cachoeira Von Martius e o Irirí Novo. Em 1947 um grupo que se autodenominou Metyktire estabeleceu-se próximo ao rio Jarina. Os Metyktire nunca

Acervo ISA

deixaram de ter intensos contatos com os outros povos Kaiapó setentrionais e exploraram um território de grande extensão cujo centro era a região de cerrado a oeste do rio Xingu na altura do paralelo 10 S.

Ao norte da BR-80 os Metyktire conseguiram manter com lutas e negociações porções de seu território tradicional, desde que a estrada cortou seus domínios. Assim, decretos posteriores criaram reservas subordinadas ao PIX e habitadas pelos Metyktire: Jarina (Portaria n. 369/N de 25-05-76), Capoto (Decreto n. 89.643 de 10-05-84), Jarina margem direita (Decreto n. 89.644 de 10-05-84). Hoje eles habitam duas aldeias, com uma população de 577 pessoas (UPM, 1995).

Os Metyktire iniciaram um processo de reaproximação aos outros grupos Kaiapó setentrionais e hoje se organizam enquanto tais, com uma independência política cada vez mais nítida dos outros povos do PIX. Manifestação disso, existe um projeto de educação escolar específico para eles proposto pela Administração Regional Colider/Funai. Apesar disso, jovens professores Metyktire e Mekrangotire costumam frequentar o Curso de Formação de Professores, principalmente por não ter sido iniciado um projeto de formação específico para eles.

- Os Panará (Krenakore ou Kreen Akrore)

Trata-se de um povo de língua Jê, originário do rio Peixoto de Azevedo e provavelmente os últimos remanescentes dos Kayapó meridionais. Tiveram uma história trágica. Viviam na década de sessenta em mais de sete aldeias no Peixoto de Azevedo com uma população estimada de cerca de 750 pessoas. Os contatos de pacificação realizados entre 1968 e 1969, em seguida ao estabelecimento da base aérea de Cachimbo e à construção de duas estradas que cortaram suas terras, levaram o contágio por sarampo e outras doenças infecciosas que reduziu a população Panará em 80%. 79 sobreviventes foram então transferidos para o PIX em 1974, para junto dos Kaiabi e sucessivamente dos Metyktire e dos Suiá. Finalmente, recuperados demograficamente, psicologicamente e culturalmente, construíram uma aldeia no limite ocidental do Parque, subindo o rio Manitsauá Missú (Schwartzman, 1987). Os Panará nunca esqueceram seu território de origem, o rio Peixoto de Azevedo; em 1991 iniciaram expedições de reconhecimento dos seus sítios naquela região e, finalmente, construiram lá nova aldeia em 1994, uma vez garantida a proteção oficial das terras do Peixoto. Em 1997 foi realizada a mudança do restante da população Panará que vivia no PIX para a Terra Indígena Panará, onde vivem hoje 159 Panará (UPM, 1995).

Jovens Panará acompanham com dedicação o Curso de Formação de Professores e atuam nas suas aldeias. Existe um material elaborado pelos professores Panará e a linguista Luciana Dourado para alfabetização na língua Panará. Os professores Panará trabalham com alfabetização em Panará e português. Todos falam a língua materna e o domínio da língua portuguesa é incipiente.

Acervo ISA

QUADRO LINGUÍSTICO:

TRONCO	LÍNGUA
TUPI	Kamaiurá Kaiabi Aweti Yudjá
KARIB	Kuikuro Kalapalo Matipu Nahukuá Ikpeng
ARUAK	Yawalapiti Waurá Mehinaku
JÊ	Suiá Tapaiuna Panará Metyktire
ISOLADA	Trumai

As pesquisas

Acumularam-se até hoje muitos e profundos conhecimentos antropológicos e etnológicos sobre os povos do PIX, embora ainda restem questões que estão à espera de maiores investigações. A pesquisa linguística não acompanhou, infelizmente, o desenvolvimento dos estudos etnológicos e ainda pouco sabemos das línguas dos povos da PIX. Algumas delas são mais estudadas do que outras, algumas continuam sem um mínimo de documentação científica; de qualquer maneira não existe até hoje nenhuma gramática descritiva de nenhuma língua falada no PIX. Apesar desse atraso, os projetos atualmente em andamento (UNICAMP, Museu Nacional/UFRJ) prometem sanar em não muito tempo essa lacuna. A situação da pesquisa linguística é a seguinte:

Kamaiurá (Lucy Seki, UNICAMP; em fase final)
Aweti (Ruth Monserrat e Marcela Coelho de Souza, UFRJ; em fase inicial)
Kuikuro (Bruna Franchetto, UFRJ, em fase final)
Matipu, Nahukuá, Kalapalo (Bruna Franchetto, UFRJ; em andamento)
Waurá (estudo de Joan Richards, SIL; Angel C. Mori, UNICAMP; inicial)
Mehinaku (Angel C. Mori, UNICAMP; inicial)
Yawalapiti (Mitsila O. Mujica, UNICAMP; inicial e interrompido)
Trumai (Raquel Guirardello, UNICAMP/MPEG/MIT; em andamento)

Acervo ISA

Ikpeng (estudo fonológico de Charlotte Emmerich, UFRJ; C. Campetela e F.B. Pacheco, UNICAMP; em andamento)
Kaiabi (estudo de Rose Dobson e Helga Weiss, SIL; e inicial por Patrícia de Oliveira Borges, da UNICAMP)
Suiá (Ludoviko dos Santos, UFSC/Londrina; em andamento)
Yudja (Cristina Fargetti, UNICAMP; em andamento)
Panara (Luciana Dourado, UnB; em andamento)
Metyktire (estudos do SIL; Andrés Pablo Salanova, UFRJ; Marília F. Borges, UFPA; Wilmar D'Angelo, UNICAMP).

O Projeto de Formação de Professores se tornou um estímulo para o prosseguimento e ampliação das pesquisas linguísticas, dadas as necessidades de assessoramento para o estabelecimento de ortografias, a produção de material em língua materna e para satisfazer o desejo de conhecimentos (linguísticos) por parte dos próprios índios (professores em formação).

3- A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO PARQUE INDÍGENA DO XINGU:

A primeira escola foi implantada no Posto Indígena Leonardo Villas-Bôas em 1976. A partir deste ano outras escolas funcionaram temporariamente nos postos indígenas Diauarum, Pavuru, Kretire, Piaraçu e Metyktire, com professores não-índios contratados pela FUNAI. Com a saída destes profissionais, as atividades escolares eram interrompidas.

Apesar da intermitência do processo educacional, alguns índios, em suas aldeias e nos postos indígenas, continuaram a se intrumentalizar para o convívio com a sociedade não-indígena, diante das necessidades e problemas decorrentes do contato. Em 1984, após a reconquista da faixa territorial situada à margem direita do rio Xingu e da área do Kapôt, houve uma significativa mudança administrativa e política: os índios assumiram a administração do PIX e outras funções técnicas, exercidas anteriormente pelos funcionários não-indios da Funai (administrador, chefe de posto, motoristas, radio-telegrafistas).

Nos anos 80 iniciou-se a formação de agentes de saúde indígenas, atualmente desenvolvida pela Universidade Paulista de Medicina (UPM).

Enquanto os povos do Xingu caminhavam para uma maior participação na área de saúde, esta iniciativa ainda não se desenvolvia na área de educação. A expectativa das comunidades era de contar com professores não-índios para atuarem na área.

Em 1987, Megaron Txukarramãe, administrador do PIX, preocupado com a preservação das línguas indígenas e considerando a importância da contribuição linguística para a implantação de programas educacionais bilíngues, convidou a prof. Lucy Seki, do Departamento de Linguística da Universidade de Campinas, para desenvolver o estudo destas línguas. Com o apoio da UNICAMP, do CNPQ e FAPESP, passaram a ser estudadas as línguas Mehinaku, Trumai, Yawalapiti, Juruna, Tapaiuna, Panara, além da Kamaiurá, estudada desde 1968 pela prof. Lucy.

Acervo ISA

Procurando atender a demanda por educação escolar, reivindicação de todas as comunidades, alguns jovens indígenas, em especial da região central do PIX (Kaiabi, Yudjá, Suiá e Kamaiurá do Morená), assumiram informalmente as aulas em suas aldeias. O ensino promovido por estes professores indígenas era exclusivamente em língua portuguesa, sem nenhuma orientação pedagógica. Estes professores e suas comunidades começaram então a reivindicar uma assessoria linguística e pedagógica, que permitisse o desenvolvimento de sua prática didática e o estudo das línguas indígenas na escola.

Outra iniciativa tomada pelos povos do Xingu na década de 90, para suprir a falta de escolas no PIX, foi enviar às escolas dos municípios vizinhos ou para Brasília crianças e adolescentes. Estes estudantes, vivendo fora de suas aldeias, sofrem a falta de infra-estrutura adequada (moradia, alimentação etc), além de dificuldades de acompanhamento do ritmo escolar por não dominarem a língua portuguesa e acentuadas por questões culturais. Afastados do convívio familiar, estão propensos a incorporar hábitos alheios a sua cultura, como o consumo de bebidas alcoólicas, além da possibilidade de contrair doenças sexualmente transmissíveis. Atualmente existem alguns estudantes nas cidades de Canarana, Brasília, São José do Xingu e Colider, a maioria deles cursando da terceira à oitava série, pois as escolas do PIX se encontram em fase inicial de funcionamento.

O Projeto de Formação de Professores do Parque Indígena do Xingu surge num momento político oportuno, ocasião em que, além das reivindicações dos professores indígenas e de suas comunidades por uma assessoria educacional e linguística especializada, ocorria uma forte pressão da sociedade envolvente (aumento do cerco das fazendas e municípios vizinhos ao PIX, problemas de invasão de madeireiros, garimpeiros, caçadores e pescadores). As prefeituras dos municípios vizinhos também começaram a propor às lideranças indígenas a instalação de escolas dentro e fora do Parque, com modelos educacionais completamente inadequados, ignorando a especificidade cultural e linguística dos povos indígenas.

Procurando oferecer subsídios para a implantação de um programa educacional que valorize a cultura indígena e ao mesmo tempo prepare as comunidades para uma convivência digna com a sociedade não-indígena, educadores, linguistas e antropólogos que trabalharam anteriormente no PIX redigiram o Projeto de Formação de Professores Indígenas, que foi aprovado para financiamento pela Rain Forest Foundation da Noruega, encaminhado pela Fundação Mata Virgem e desenvolvido pela AVA-Associação Vida e Ambiente. A partir de 1996 o Projeto vem sendo desenvolvido pelo ISA-Instituto Socioambiental.

Apesar de ser uma iniciativa recente, é possível perceber resultados bastante positivos no processo de formação de professores indígenas.

O Projeto vem impulsionando a elaboração de ortografias e o estudo das línguas indígenas, até então inexistente na prática pedagógica dos professores, por falta de subsídios linguísticos e pedagógicos que lhes permitissem o desenvolvimento da escrita e o estudo de suas línguas, sendo esta uma de suas principais expectativas. Ao mesmo tempo o Projeto vem oferecendo orientações pedagógicas para o estudo da língua portuguesa, com metodologias específicas de

Acervo ISA

ensino de segunda língua, bem como nas demais disciplinas curriculares, tendo como objetivo que as escolas contribuam, tanto para a preservação e revitalização da cultura, quanto para a convivência com a sociedade não-indígena de maneira digna.

O Projeto de Formação de Professores Indígenas vem buscando uma articulação com outros projetos em desenvolvimento no Parque Indígena do Xingu, como o Projeto de Formação de Agentes Indígenas de Saúde, promovido pela Universidade Paulista de Medicina, os Projetos de Alternativas Econômicas e Fronteiras (de vigilância dos limites do Parque), desenvolvidos pelo ISA.

Diversos materiais didáticos estão sendo organizados, cuja proposta de publicação tem sido enviada ao Ministério da Educação e Desportos. Foram publicados pelo MEC/PNUD o livro *Geografia Indígena, em 1996* e em 1997 o livro *Tisakisü*, para alfabetização nas línguas Karib. Encontram-se em fase final de elaboração os livros de alfabetização nas línguas Kamaiurá e Ikpeng e um livro de História, em língua portuguesa. A preparação de materiais didáticos vem se dando em todas as disciplinas, sendo os livros preparados utilizados na forma de apostila, até serem considerados prontos, pelos professores indígenas e equipe do ISA, para publicação.

4. BASES LEGAIS:

As bases legais que dão suporte à educação intercultural bilíngue são a Constituição Federal do Brasil, a Portaria Interministerial 559/91, o Decreto 1.904/96 que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos e a Lei 9.394/96- Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, explicitou um conjunto de direitos das sociedades indígenas fundamentados na concepção da diversidade cultural. Tal fato representou um marco de mudança nas relações Estado brasileiro/sociedades indígenas, pois anteriormente a este momento, as concepções que fundamentavam a política indigenista propunham a homogeneização cultural, através de uma política assimilacionista e integracionista, negando a especificidade sócio-cultural e linguística de cada sociedade indígena e o processo histórico vivido pós situação de contato com uma sociedade majoritária e em expansão. O Artigo 231 reconhece o direito à diversidade cultural que se torna, desse modo, pressuposto de uma política de governo.

O Artigo 210 assegura o uso da língua indígena em todos os momentos da vida escolar, além do recurso aos processos próprios de aprendizagem relacionados ao sistema de mecanismos de socialização dos mais jovens que fazem parte da estratégia de reprodução sócio-cultural de toda sociedade. O Artigo 215 atribui ao Estado a proteção às manifestações culturais das sociedades indígenas, deduzindo-se daí uma política de ensino para o desenvolvimento de uma prática pedagógica voltada para a manutenção da diversidade cultural e do multilinguismo que caracterizam o território do PIX.

A Portaria Interministerial 559/91, em seu Artigo 7º, determina que sejam "mantidos e executados programas de formação, capacitação e especialização de

Acervo ISA

recursos humanos para o desenvolvimento da educação escolar indígena (...) garantindo preferencialmente o acesso do professor índio a esses programas permanentes". No Artigo 8° discrimina, entre as características específicas que devem ser consideradas no processo de reconhecimento das escolas indígenas, a presença de "materiais didáticos para o ensino bilíngüe, prefencialmente elaborados pela própria comunidade indígena, com conteúdos adequados às especificidades sócio-culturais das diferentes etnias e à aquisição do conhecimento universal" e a consideração de "conteúdos curriculares, calendário, metodologias e avaliação adequados à realidade sócio-cultural de cada grupo étnico".

O Decreto 1904/96 instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos, que no âmbito dos direitos indígenas, elegeu como uma das prioridades de ação "assegurar às sociedades indígenas uma educação escolar diferenciada, respeitando seu universo sócio-cultural".

A lei 9.2394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos artigos 78 e 79, prevê o desenvolvimento de "programas integrados de ensino e pesquisa para a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de (...) proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências (...) garantir o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais comunidades indígenas, (...) a participação das comunidades indígenas no planejamento de programas que terão os seguintes objetivos : fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena, manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas sociedades indígenas, desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo conteúdos culturais correspondentes às repsectivas comunidades, elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado".

A política nacional para a educação escolar indígena, elaborada pelo MEC, através de seu Comitê de Educação Escolar Indígena (MEC,1993), define como princípios para a sua prática *a diferenciação, a especificidade, o bilinguismo e a interculturalidade*. Tal conjunto de princípios favorecem que a educação escolar, tornada necessária a partir da realidade do contato, respeite a diversidade cultural e linguística, transformando-se a escola em agência social que trabalha numa dupla dimensão: 1. valorizando a organização social, língua, valores, etnoconhecimentos, história, enfim a dinâmica sócio-cultural necessária para a reprodução da identidade étnica diferenciada, dentro da perspectiva da constituição da auto-estima e da auto-afirmação; e 2. possibilitando o domínio de conhecimentos socializados tidos como importantes no contexto da sociedade nacional.

A implementação de uma educação escolar em contexto de diversidade sócio-cultural e linguística se tornará possível a partir da formação especializada de professores indígenas como "pesquisadores de sua sociedade, alfabetizadores em sua própria língua, professores de português, redatores de material didático específico e gestores do processo educativo escolar" (MEC, 1993). Para viabilizá-la é necessário estabelecer uma cooperação entre a equipe de educadores, antropólogos e linguistas

Acervo ISA

que atua no PIX com a Secretaria Estadual de Educação-MT que vem buscando, através do Projeto Tucum, estabelecer parâmetros para a participação das Secretarias Municipais de Educação, de maneira a respeitar a especificidade da educação escolar indígena.

A proposta de currículo para a formação de professores indígenas aqui apresentada tem como horizonte criar condições para a construção de uma pedagogia indígena que reafirme a diversidade cultural e o multilinguismo próprio da área cultural do PIX.

5. BASES CONCEITUAIS:

Esta proposta curricular de formação e capacitação de professores indígenas para o Parque Indígena do Xingu segue os princípios apontados no documento "Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena", elaborado pelo Comitê de Educação Escolar Indígena (1993), onde a escola indígena tem como objetivo "a conquista da autonomia sócio-econômico-cultural de cada povo, contextualizada na recuperação de sua memória histórica, na reafirmação de sua identidade étnica, no estudo e valorização da própria língua e da própria ciência - sintetizada em seus etno-conhecimentos, bem como no acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade majoritária e das demais sociedades, indígenas e não-indígenas". Para que a escola indígena cumpra este objetivo, é necessário uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.

Reiteramos o sentido da interculturalidade na educação escolar indígena, pois possibilita aos indivíduos a reafirmação de sua identidade étnica, bem como a consciência do direito à diferença cultural. A escola também deve proporcionar uma apropriação crítica e seletiva dos conhecimentos de outras sociedades, para o enriquecimento do saber individual e coletivo.

A formação realizada se desenvolve na perspectiva da interdisciplinaridade, com os temas de estudo sendo abordados de várias maneiras em cada disciplina, tendo como eixo a reflexão sobre a gestão do território, que se desdobra no estudo e revitalização da língua e cultura; na compreensão crítica da sociedade não-indígena envolvente para o amadurecimento das relações com os "vizinhos" do Parque; nas questões ambientais, políticas, econômicas resultantes do contato; no aprendizado da matemática institucional e na pesquisa do saber matemático indígena; no estudo da própria geografia e na compreensão da geografia do não-índio; na documentação da própria história, inserida também na história do Brasil e do mundo.

O ISA vem procurando proporcionar momentos de encontro e reflexão conjuntos da equipe, apesar de recursos insuficientes para que a situação seja ideal. Promovemos anualmente uma reunião de planejamento conjunto, com todos os profissionais envolvidos e representantes dos professores indígenas. Outros momentos de encontro da equipe se dão no planejamento dos cursos e do acompanhamento pedagógico, quando os especialistas planejam a etapa em conjunto com a Coordenação do Projeto. A Coordenação mantém uma comunicação intensa

Acervo ISA

entre os membros da equipe, através de cartas, telefonemas, fax, e de reuniões de trabalho com os consultores, onde se estabelece a troca de experiências na elaboração de materiais didáticos e na abordagem interdisciplinar presente no processo de formação. Educadores especialistas de várias áreas (alfabetizadores, geógrafos, matemáticos), linguistas, médicos, enfermeiros, dentistas e antropólogos, vêm compartilhando suas experiências, também numa relação de aprendizado. Contribue para o amadurecimento das relações de trabalho entre os profissionais da equipe a experiência de muitos anos de trabalho no PIX, sendo possível através desse Projeto concentrar experiências diversas num esforço/objetivo comum.

Considerando-se a realidade de assimetria das línguas indígenas em relação à língua portuguesa, a educação escolar indígena deverá promover a valorização e reafirmação das línguas indígenas, inclusive com a criação de novas funções, na oralidade e na escrita, estimulando a produção de textos e literaturas, promovendo também o seu uso em todas as disciplinas do currículo escolar.

Devem ser adotadas estratégias específicas para o ensino-aprendizado de uma segunda língua, seja ela língua portuguesa ou língua indígena, procurando desenvolver uma situação de equilíbrio entre estas línguas.

Na área de matemática o Projeto vem contemplando o ensino da matemática institucional, ao mesmo tempo incentivando os professores indígenas a pesquisarem sua própria matemática, especialmente a geometria, área da matemática bastante elaborada pelos povos do Xingu. Ao mesmo tempo, a matemática vem contribuir no estudo da formação dos preços e do mercado, da circulação e uso do dinheiro, das alternativas de produção, no estudo dos mapas em geografia, no estudo da matemática de diversos povos relacionado com a história, bem como no aprendizado da língua portuguesa, na abordagem das relações de contato, principalmente através de dramatizações nos jogos de compra e venda.

A equipe de educadores do Projeto tem a grande responsabilidade de auxiliar na reconstituição da história de cada povo. Esse trabalho demanda tanto o incentivo e orientação para a pesquisa junto aos mais velhos da comunidade, quanto um esforço da equipe responsável pela formação na busca e organização de materiais diversos consolidados por vários pesquisadores sobre os povos do Xingu, planejando estratégias pedagógicas de abordagem destes materiais, até então pouco acessíveis aos índios. Durante as etapas intensivas os professores indígenas começam a redescobrir sua própria história, seja através da leitura de textos de Karl Von den Steinen, Orlando Villas-Bôas, entre outros pesquisadores, viajantes e indigenistas. Os professores indígenas começam a transcrever depoimentos dos mais velhos, sendo possível, ao longo de mais três anos de Projeto, reunir um rico material resultante de suas pesquisas.

Na área de ciências, as questões ambientais vêm sendo trabalhadas no contexto da saúde, tendo a equipe de educação a possibilidade de desenvolver um trabalho conjunto com a equipe de saúde da Universidade Paulista de Medicina. Professores e agentes de saúde indígenas começam a trabalhar juntos na prevenção

Acervo ISA

de doenças, num trabalho de educação para a saúde desenvolvido também através da escola.

Outros temas estão surgindo, trazidos pelos professores indígenas, que dizem respeito ao manejo dos recursos naturais do Parque pelas comunidades. Os conhecimentos agrícolas que envolvem a roça, a floresta e as capoeiras, o uso e conservação de matérias-primas para o artesanato, a caça e a pesca; os conhecimentos dos povos indígenas a respeito dos animais e plantas, o calendário indígena, com suas maneiras próprias de dividir o tempo e de identificar os sinais do tempo na natureza, os remédios, os espíritos da natureza e sua relação com os seres humanos, o poder dos pajés. Todos estes temas devem resultar em pesquisas a serem desenvolvidas pelos professores. Incluem-se aqui os problemas decorrentes da necessidade de produção para a comercialização e da proximidade dos municípios, fazendas, madeireiras, mineradoras e projetos de colonização, considerando que as nascentes dos rios formadores do rio Xingu estão fora do Parque, sendo crescente a preocupação das comunidades indígenas com o futuro da área.

Assim, da mesma maneira que o trabalho educacional deve estar articulado com a saúde, também estamos procurando desenvolver um trabalho conjunto com o Projeto Fronteiras (de vigilância dos limites da área) e o Projeto de Alternativas Econômicas, desenvolvidos pelo ISA. Este último Projeto tem centrado seus esforços no estudo da agricultura dos Kaiabi, Ikpeng e Yudja, em consonância com o trabalho educacional em ciências, geografia e história. Os conhecimentos agrícolas dos povos do Xingu serão também uma fonte rica de pesquisas a serem desenvolvidas pelos professores indígenas, abrindo um leque de cooperação entre os projetos de educação e de alternativas econômicas a ser construído no processo de formação.

Outras experiências têm servido de referência para a elaboração deste Projeto, como a formação de treze anos realizada pela Comissão Pró-Índio do Acre junto aos povos indígenas desta região, a Escola Tapirapé, pioneira na aprovação de um currículo diferenciado e bilíngue, o Iamá que desenvolve a formação de professores indígenas em Rondônia, o Centro Magüta, que atua junto ao povo Tikuna, o Centro de Trabalho Indigenista, junto a vários povos, entre outros.

Foram também referências importantes na elaboração desta proposta, a Reforma Educativa da Bolívia e o Projeto Experimental de Educação Bilíngue de Puno, no Peru, que representam avanços na implementação de programas curriculares bilíngues, reconhecendo a diversidade cultural e a interculturalidade, comum aos países latino-americanos.

Vale ressaltar que inspirada em todas estas experiências, a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso desenvolve desde 1995 o Projeto Tucum, em parceria com entidades governamentais e não-governamentais, promovendo um curso regularizado de capacitação de professores indígenas para o magistério. Espera-se que os dois Projetos, o Tucum e o Projeto do Xingu (no seus dois polos Itaenyfuk e Yryku), através de uma proposta de parceria de trabalho entre a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso e o Instituto Socioambiental, possam estar

Acervo ISA

articulados, o que só é possível através da troca de experiências, divulgando entre si relatórios, materiais didáticos e produção acadêmica, promovendo encontros entre os professores indígenas e entre as equipes responsáveis.

6. 0BJETIVOS GERAIS:

1- Valorizar a cultura indígena e estimular o intercâmbio cultural e a cooperação entre os povos do Parque Indígena do Xingu.

2- Formar os professores indígenas como educadores e pesquisadores, de maneira que se tornem agentes no processo de definição de um currículo diferenciado e específico para as escolas indígenas.

3- Estimular o debate sobre as perspectivas da educação escolar no Parque Indígena do Xingu com relação a currículo e calendário diferenciados.

4- Contribuir para a regularização das escolas do Parque Indígena do Xingu, com um currículo diferenciado e intercultural e o reconhecimento profissional dos professores indígenas.

5- Propiciar o estudo das línguas indígenas e o desenvolvimento da escrita nessas línguas, pelos professores indígenas, com o objetivo de garantir a presença da língua indígena ao longo de todo o processo educacional, como disciplina em si e como instrumento de ensino em todas as outras disciplinas do currículo escolar.

6- Transmitir conhecimentos que fortaleçam a participação dos povos indígenas na sociedade brasileira, como cidadãos, com melhores condições de gerir e defender o seu território, seus interesses e direitos, venda e aquisição de bens, uso adequado e conservação dos recursos naturais, busca de alternativas econômicas auto-sustentáveis e melhoria da qualidade de vida.Tais conhecimentos deverão contribuir para ampliar a sua capacidade de atuação crítica sobre a realidade.

7- Assessorar os professores indígenas na elaboração e impressão de materiais didáticos, literários e de pesquisa, específicos para as escolas xinguanas, bem como contribuir com outros programas educacionais dirigidos a povos indígenas e não-índios.

7. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS:

O Projeto, com a duração de seis anos e iniciado em 1994, se desenvolve através de etapas intensivas e acompanhamento pedagógico aos professores indígenas nas aldeias. Trata-se de 2 etapas intensivas (uma por semestre),

Acervo ISA

ministradas por especialistas, com a duração de 30 dias, seguidas de acompanhamento pedagógico às escolas indígenas nos períodos intermediários entre as etapas, realizado por profissionais qualificados.

Para uma melhor compreensão do Projeto esclarecemos alguns termos que designam as pessoas envolvidas no processo de formação:

- professores indígenas ou professores cursistas - são os professores que realizam o Curso de Magistério.
- assessores da equipe do ISA - pessoas que realizam o acompanhamento pedagógico às escolas indígenas.
- assessores indígenas - professores indígenas que estão sendo capacitados para realizar o acompanhamento pedagógico às escolas.
- consultores - profissionais que lecionam nas etapas intensivas de formação.

7.1. AS ETAPAS INTENSIVAS:

Nos dois primeiros anos de Projeto ocorreram 2 etapas intensivas por ano, com 35 dias de duração, estando cada curso dividido em 5 dias para cada disciplina, com um dia intermediário de descanso para os professores indígenas e para a locomoção dos ministrantes do curso de um posto a outro. Em 1996 o ISA realizou apenas uma etapa intensiva, priorizando o acompanhamento pedagógico às escolas, por entender ser este um aspecto fundamental e complementar da formação, com a mesma importância das etapas intensivas. O ideal teria sido a realização de duas etapas intensivas e do acompanhamento pedagógico, o que não foi possível devido à escassez de recursos.

Os professores indígenas e a equipe avaliaram na etapa intensiva em 1996 que o tempo de estudo de cada disciplina (5 dias) é bastante reduzido, sendo decidido que a partir de 1997 deve haver dois cursos por ano, sendo que cada disciplina deverá ser estudada no período de 10 dias. Assim, cada curso deverá abordar somente 3 disciplinas, com suas metodologias de ensino, pois considera-se ideal o período de 30 dias.

De 1994 a 1996 três dos cursos foram realizados simultaneamente no Posto Indígena Diauarum e no Posto Indígena Pavuru, tendo também sido realizado um curso reunindo os 50 professores no PI Diauarum. Esta última experiência não foi positiva, pois pedagogicamente foi difícil trabalhar com um número tão grande de professores indígenas.

Os professores e lideranças indígenas optaram pela realização do curso em dois locais (PI Pavuru e PI Diauarum). Nessa decisão estão implícitas questões culturais, que unem tanto os povos do Alto-Xingu, quanto os povos do Médio e Baixo Xingu.

Os participantes escolheram em cada local nomes diferentes para o Projeto:

Projeto Itaenyfuk (Pedra Brilhante) - Nome escolhido pelos professores Kaiabi, Suiá, Yudja, Panara, Metyktire e Mekragnotire.que se reunem no PI Diauarum

Projeto Yryku (Urucum) - Nome escolhido pelos professores Kamaiurá, Kuikuro, Kalapalo, Matipu, Nahukuá, Mehinaku, Waurá, Yawalapiti, Trumai e Ikpeng que se reunem no PI Pavuru.

Acervo ISA

Os Kamaiurá do Ipavu e os Yawalapiti reivindicam a realização de cursos no PI Leonardo, contrariamente aos demais povos (Kuikuro, Kalapalo, Matipu, Nahukuá, Ikpeng, Trumai, Mehinako e Waurá), que preferem os cursos no PI Pavuru. Por razões de infra-estrutura, os cursos vêm sendo realizados no PI Pavuru e PI Diauarum, sendo necessária uma reforma e o estabelecimento de uma organização interna dos índios, para que possamos realizar cursos também no PI Leonardo.

7.2. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO ÀS ESCOLAS (ESTÁGIO SUPERVISIONADO):

Nos dois primeiros anos de Projeto o acompanhamento pedagógico foi realizado de maneira inconstante. Em 1994 e 1995 o prof. Loike Kalapalo realizou o acompanhamento às escolas Mehinaku, Matipu, Aweti e Kalapalo.

Em 1996 foi realizada pela equipe de formação o acompanhamento pedagógico a 18, das 30 escolas. Em 1997 esperamos poder acompanhar mais escolas, contando com a participação de 8 pessoas da equipe.

Os profissionais que realizam o acompanhamento pedagógico elaboram um relatório destinado à Coordenação do Projeto, de acordo com o modelo (em anexo). Referido modelo de relatório passou por sucessivas versões, procurando abranger o maior número de informações possíveis sobre a atuação do professor e sobre o papel da escola na comunidade. As informações contidas nos relatórios são sistematizadas na ficha de acompanhamento de cada professor indígena pela Coordenação do Projeto, cuja documentação é arquivada no Instituto Socioambiental.

O assessor responsável pelo acompanhamento pedagógico deve assistir às aulas do professor cursista, observando sua atuação. Após a aula deve ser realizada uma avaliação da mesma em conjunto com o professor índio, momento em que o assessor deverá fazer observações sobre a aula assistida, contemplando questões como o interesse e participação dos alunos, compreensão dos alunos sobre os conteúdos abordados, postura do professor com relação aos alunos, relacionamento entre os alunos possibilitando o aprendizado mútuo, uso de atividades lúdicas, necessidade de aprofundamento no estudo de temas de interesse do professor e/ou dos alunos, orientações na elaboração de planejamentos de aulas e do registro no diário de classe.

As orientações do assessor com relação ao "diário de classe", que consiste num livro onde os professores indígenas escrevem o conteúdo e o desenvolvimento de suas aulas, têm como objetivo que o professor registre, detalhadamente, o trabalho que desenvolve. O assessor deve também contribuir com o trabalho do professor, orientando-o no uso do diário como instrumento de avaliação de sua atuação pedagógica. Cada professor possui um estilo particular de registro, que deve ser ser respeitado pelo assessor.

Outro trabalho do assessor é dar continuidade à formação intelectual do professor cursista, buscando o aperfeiçoamento de seus textos nas línguas indígenas e na língua portuguesa, ampliação de vocabulário, interesse pela leitura,

Acervo ISA

compreensão de textos, revisão do aprendizado do professor cursista em todas as disciplinas. Além disso o assessor deve contribuir com orientações nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelo professor cursista.

O assessor também conversa com os alunos, com seus pais e lideranças da aldeia, avaliando a aceitação do trabalho do professor cursista pela comunidade. De maneira geral as comunidades estabelecem alguns critérios na avaliação do trabalho do professor, tais como a assiduidade, a pontualidade, a paciência e respeito com os alunos, a participação do professor indígena nas festas e demais atividades culturais e nas reuniões e trabalhos coletivos promovidos pelas lideranças.

Para completar as 420 horas de acompanhamento pedagógico (ou estágio supervisionado), o assessor realizará uma visita anual de 09 dias a cada escola, que totaliza 72 horas. Além desse período serão organizados pequenos encontros de professores por região, completando 68 horas de trabalho, possibilitando uma maior troca de experiência entre os professores. A assessoria planejada totalizará então 140 horas anuais.

A equipe de assessoria é formada pela Coordenadora do Projeto, por três educadores e por 4 linguistas. O cronograma de assessoria é preparado anualmente na reunião de planejamento da equipe, geralmente nos meses de fevereiro ou março.

Em 1997 daremos início à formação de três professores indígenas como assessores, sendo que a denominação utilizada para esses profissionais será de **assessores indígenas.** Em 1997 os três assessores indígenas acompanharão os educadores e linguistas não-índios no acompanhamento pedagógico, preparando-se na prática, para a realização deste trabalho. A formação desses profissionais permitirá um melhor acompanhamento à totalidade das escolas, o que vem sendo prejudicado pela insuficiência de recursos, bem como de profissionais capacitados e dispostos a realizar este trabalho.

7.3.ELABORAÇÃO DE TRABALHO DE PESQUISA:

Cada professor cursista deverá desenvolver anualmente um trabalho de pesquisa sobre algum tema referente à sua realidade sócio-cultural. Nesse sentido o professor será orientado, nas etapas intensivas e no acompanhamento pedagógico, para a elaboração destes trabalhos, que deverão ser registrados (em língua indígena e/ou português), através de textos e desenhos.

O objetivo desse trabalho é despertar no professor cursista uma atitude de pesquisa, como forma de contribuição ao processo educacional. Estes trabalhos poderão ser usados como materiais de apoio na escola, como fonte para a elaboração de materiais didáticos e/ou de pesquisa.

Nessa etapa do Projeto a maioria dos temas de pesquisa diz respeito à cultura e à história. Os professores indígenas estão preocupados em registrar as narrativas tradicionais (míticas) e a história oral de cada povo; calendário das festas e da obtenção de alimentos; canções; remédios; rezas; a história do contato e da demarcação da terra; o artesanato; as frutas do mato; a roça, a floresta e a capoeira -

Acervo ISA

o uso e conservação destes recursos; a fauna; as partes do corpo humano e as concepções indígenas a respeito da menstruação e reprodução.

7.4. ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS:

Durante as etapas intensivas e no acompanhamento pedagógico vêm sendo elaborados materiais didáticos pelos professores indígenas, com a assessoria da equipe de especialistas. Estes materiais pretendem suprir a ausência de materiais didáticos que contemplem a especificidade cultural das escolas indígenas.

Após cada etapa intensiva são organizados pela equipe livros nas línguas indígenas e na língua portuguesa. Esses materiais são xerocados para uso dos professores na escola, passando por revisões a partir de seu uso pedagógico, até que sejam considerados pelos professores cursistas e equipe do ISA, prontos para publicação. Nossa intenção é encaminhar estes materiais para a Coordenação de Apoio às Escolas Indígenas do MEC, procurando viabilizar a sua publicação, com o apoio do PNUD.

Outros materiais, como livros e mapas, em especial produzidos por outros programas de educação escolar indígena são adquiridos para as bibliotecas das escolas.

7.5. METODOLOGIA DO PROJETO DE FORMAÇÃO:

A metodologia que norteia a proposta curricular de formação aqui apresentada fundamenta-se na valorização e reconhecimento dos conhecimentos prévios dos indivíduos como ponto de partida para o estudo de novos conteúdos. O modelo de construtivismo apontado na Proposta Curricular para as Escolas Indígenas do Acre/CPI,1994 indica as bases para este Projeto:

"Por apropriação construtiva, entende-se a internalização da informação feita pelo aluno a partir de variáveis compreendidas pelo gênero/idade: o aluno incorpora a informação, a constrói internamente, a partir de esquemas culturais e cognitivos próprios - ele assim (re)constrói a informação, a faz sua, e é capaz de aplicá-la em seus próprios termos".

O conhecimento apropriado pelo aluno, dessa maneira, permite que ele amplie sua compreensão sobre a realidade, sendo possível elaborar explicações mais complexas sobre a realidade e promover mudanças, tanto a nível individual como coletivo.

A metodologia a ser seguida se fundamenta no conceito de que a aprendizagem se efetiva através do diálogo, supondo a participação ativa dos professores-cursistas, sistematizando conhecimentos prévios e processando informações novas, tendo como ponto de partida a reflexão sobre o contexto sócio-cultural e lingüístico dos professores em formação e das crianças com quem vão interagir. A metodologia definida pretende servir de referência para a prática docente nas aldeias, isto é, a metodologia do curso de formação será discutida e refletida com os cursistas enquanto possibilidade de prática pedagógica junto às crianças.

Acervo ISA

Nesta diretriz metodológica, o suporte gráfico com produção de desenhos é enfatizado tanto para expressão de uma linguagem gráfica de grande valor estético pelos professores cursistas, quanto como metodologia para aquisição da lingua escrita tendo em perspectiva as crianças índias.

A abordagem dos conteúdos de cada disciplina deverá valorizar os conhecimentos indígenas, ao mesmo tempo oferecendo informações e promovendo a seleção e análise crítica da tecnologia e dos conhecimentos universais.

Uma outra preocupação metodológica, que norteia toda a proposta pedagógica aqui apresentada, é a integração da escola à vida comunitária, relacionada às práticas cotidianas e promovendo a reflexão/atuação em todos os aspectos da realidade sócio-econômica da comunidade, envolvida na resolução e melhoria das condições de saúde, na preservação e no uso dos recursos naturais, na busca de alternativas econômicas auto-sustentáveis, na defesa da terra.

Nessa perspectiva, a formação dos professores indígenas deverá abranger temas relacionados a sobrevivência material e cultural de seus povos, ao estudo das formas tradicionais e a busca de alternativas econômicas auto-sustentáveis que permitam o uso adequado e a preservação dos recursos naturais, que contribuam para o estabelecimento de relações com a sociedade não-indígena envolvente, de maneira a assegurar a defesa da integridade de seu território e oferecendo subsídos para que os próprios índios realizem este gerenciamento.

Os professores indígenas são levados a participar do processo de formação como agentes/ sujeitos, no estudo de todas as disciplinas, na investigação linguística, na elaboração de ortografia para as línguas indígenas e na criação de materiais didáticos.

Em relação ao estudo das línguas indígenas e da língua portuguesa, a metodologia adotada é a comunicativa, na qual a oralidade cumpre um papel fundamental. O estudo das línguas indígenas, promovido com a participação ativa dos professores índios, deverá desenvolver-se de maneira que permita a atualização destas línguas, não apenas como reprodutoras do passado tradicional, mas como um instrumento dinâmico, que possibilite seu uso em todas as áreas de conhecimento, tanto os tradicionais, como os incorporados através de uma seleção e análise crítica do saber universal.

Um aspecto fundamental da proposta metodológica de formação de professores indígenas é o desenvolvimento de sua formação como pesquisadores de sua própria cultura, produzindo materiais didáticos diversos, nas línguas indígenas e na língua portuguesa, tais como dicionários, gramáticas, textos literários, jornalísticos, enciclopédicos, instrucionais, teóricos, de uso cotidiano, não apenas para o estudo linguístico, mas contemplando também o estudo das disciplinas de geografia, história, ciências, matemática e das disciplinas específicas do magistério.

Acervo ISA

7.6.. AVALIAÇÃO:

Entende-se avaliação como um processo que considere as dificuldades e avanços de cada professor indígena em formação, tanto no seu desenvolvimento acadêmico quanto pedagógico. A avaliação será contínua, com o objetivo de que a equipe de educadores do Curso possa desenvolver estratégias específicas para suprir as deficiências do professor índio. A avaliação contínua será desenvolvida durante as etapas intensivas e no acompanhamento pedagógico, observando os avanços e dificuldades dos professores índios, tanto na aquisição/desenvolvimento de habilidades individuais (capacidade de expressar-se oralmente e por escrito - nas línguas indígenas e portuguesa, capacidade de observação, análise, registro, elaboração dos trabalhos de pesquisa - orientado pelos consultores), como no desempenho em sala de aula (metodologia e orientações pedagógicas de suas aulas, relação professor/alunos, alunos/alunos, professor/ comunidade, registro no diário de classe e avaliação de sua prática pedagógica). A avaliação da comunidade também é de importância fundamental, em especial nos principais critérios de avaliação geralmente adotados pelas comunidades (assiduidade, respeito aos alunos/comunidade, participação na vida cultural e comunitária).

Na avaliação contínua são tomados como referência os relatórios dos consultores ministrantes do Curso e dos assessores que realizam o acompanhamento pedagógico. Outro instrumento precioso de avaliação do desempenho dos professores cursistas e do encaminhamento do Curso são os "diários de classe", cadernos de registro das aulas escrito pelos professores indígenas. Através do "diário" é possível saber como o professor cursista realiza suas aulas, quais as disciplinas e conteúdos ele prioriza em sua prática pedagógica, como ele desenvolve sua metodologia de ensino, como está o aprendizado dos alunos. O "diário de classe" é importante para o planejamento dos cursos de formação e do acompanhamento, pois através dele é possível identificar as dificuldades do professor cursista, os temas que ele tem interesse em estudar, como ele dimensiona em sua prática pedagógica o que aprende no Curso. Os professores indígenas também realizam auto-avaliações, indicando seu aproveitamento no processo de formação, suas dificuldades e expectativas com relação ao aprendizado, bem como avaliam oralmente e por escrito o desenvolvimento das etapas intensivas e do acompanhamento pedagógico.

Ao final do Curso o professor deverá ter:

- realizado todos os trabalhos de pesquisa propostos no decorrer dos anos de Curso;
- apresentar os diários de classe como registro de sua prática;
- ter participado de todas as etapas intensivas e do acompanhamento pedagógico;
- ter lecionado de acordo com o calendário escolar indígena, estabelecido em conjunto com a comunidade;
- ter participado da elaboração de materiais didáticos e de pesquisa.
- ter participado da elaboração dos princípios curriculares para as escolas indígenas de 1° a 4° séries, que vêm sendo contruídos durante o processo de formação através

Acervo ISA

das etapas intensivas, do acompanhamento pedagógico e da prática pedagógica dos professores cursistas nas escolas.

Os professores cursistas que deixarem de participar de alguma etapa de formação terão recuperação da carga horária. Isto pode ocorrer em razão de questões culturais como por exemplo o período de reclusão em razão do nascimento de filhos, a participação em festas, ou por problemas de doença na família.

Como procedimento visando uma melhor organização do trabalho, cada professor indígena possui uma ficha individual de acompanhamento e avaliação, onde são anotadas observações sobre sua participação e aproveitamento nas etapas intensivas, bem como sua atuação pedagógica, acompanhada pela assessoria.

Todos os consultores e assessores pedagógicos da equipe de formação redigem relatórios de trabalho referentes às etapas intensivas e ao acompanhamento, onde consta a avaliação do aproveitamento de cada professor. Todas estas informações são sistematizadas e organizadas pela Coordenação na pasta de cada professor, onde constam:

- Ficha de Matrícula no Curso;
- Ficha de Acompanhamento e Avaliação (em anexo). Integram esta ficha as avaliações da participação e do aproveitamento do professor cursista nas etapas intensivas e no acompanhamento pedagógico realizadas pelos consultores e assessores;
- Textos diversos produzidos pelos professores indígenas (nas línguas indígenas e língua portuguesa), de todas as etapas do Curso, organizados cronologicamente para possibilitar a avaliação de seu desenvolvimento;
- Trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelo professor cursista;
- Diários de classe;
- Relatórios dos consultores e dos assessores do aprendizado dos professores indígenas.

Essa documentação está no Instituto Socioambiental, em São Paulo, à disposição da Secretaria de Educação do Estado. Serão enviados para a Escola Estadual de Suplência de 1° e 2° Graus de Canarana os seguintes documentos, onde também serão organizadas pastas de cada professor cursista:

- Ficha de matrícula.
- Ficha de acompanhamento e avaliação.
- Relatórios de acompanhamento e das etapas intensivas.
- Ficha de frequência.

A equipe responsável pela formação realiza anualmente uma reunião geral de avaliação e pelo menos duas reuniões anuais por disciplina, procurando reorientar sua prática no sentido de obter dos professores em formação um melhor rendimento e a superação de suas dificuldades.

Acervo ISA

7.7. CRITÉRIOS QUE ORIENTAM A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO:

Os professores indígenas devem ser escolhidos por suas comunidades. Devem possuir um conhecimento mínimo da língua portuguesa, que lhes permita falar e escrever em português, mesmo que tenham dificuldade na oralidade e escrita dessa língua.

Cada comunidade deverá enviar no mínimo 2 professores para o Curso. Este número poderá ser ampliado, de acordo com o número de alunos de cada escola.

Os professores participantes devem lecionar na escola da aldeia durante o período de formação e documentar sua prática no "diário de classe". Conforme explicado anteriormente os "diários de classe" são cadernos onde o professor registra o desenvolvimento de suas aulas, as disciplinas e os conteúdos trabalhados, o aprendizado de seus alunos. Não se trata do modelo convencional de diário de classe adotado nas escolas não-indígenas.

A aceitação do trabalho do professor pela comunidade também é fundamental para que ele continue participando do Curso. O professor deve participar de todas as etapas intensivas e do acompanhamento pedagógico, sua ausência será justificada somente em caso de problemas de saúde e por questões culturais (festas e/ou períodos de reclusão). Caso a participação do professor cursista nas etapas intensivas ou no acompanhamento pedagógico seja impossibilitada por algum destes problemas, ele terá recuperação da carga horária.

7.8 .DISCIPLINAS E GRADE CURRICULAR:

Disciplinas de Formação Geral:

1- Línguas:
1.1.Língua Indígena
1.2.Língua Portuguesa
2- Matemática.
3- História
4-Geografia
5- Ciências
6- Artes

Disciplinas de Formação Profissional:

7- Linguística
8- Metodologia de alfabetização
9- Metodologia de ensino de língua portuguesa
10- Literatura

Acervo ISA

11- Antropologia
12- Metodologia e Prática de Ensino
13- Metodologia de Pesquisa
14- Fundamentos da Educação Escolar Indígena
15- Educação Física
16- Psicologia Educacional

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
LÍNGUA INDÍGENA	360
LÍNGUA PORTUGUESA	360
MATEMÁTICA	320
HISTÓRIA	200
GEOGRAFIA	200
CIÊNCIAS NATURAIS E PROGRAMA DE SAÚDE	360
ANTROPOLOGIA	120
ARTES	120
LINGUÍSTICA	120
METODOLOGIA DE ALFABETIZAÇÃO	120
LITERATURA E LITERATURA INFANTIL	120
METODOLOGIA DE PESQUISA	80
METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	120
METODOLOGIA E PRÁTICA DE ENSINO	100
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	120
EDUCAÇÃO FÍSICA	150
PSICOLOGIA EDUCACIONAL	60
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	420
TOTAL	**3.450**

8. ESPECIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS DO PROGRAMA:

Não pretendemos definir temas ou conteúdos fechados em cada disciplina, porém estabelecer objetivos norteadores para a reflexão e planejamento das etapas, como vêm sendo construídas pela equipe de formação e pelos professores indígenas.

A educação ambiental está presente em todas as disciplinas, sendo abordada de diversas maneiras em cada uma delas. Destaca-se nesse sentido o estudo da

Acervo ISA

agricultura, manejo ambiental, classificações e utilização da fauna e flora tradicionais dos povos indígenas. Da mesma maneira vinculam-se ao tema meio-ambiente as importantes questões ligadas à discussão de alternativas econômicas que atravessam também várias disciplinas. Abordam-se, assim, problemas como organização da produção, estrutura e funcionamento do mercado, transporte, formação de preços, comercialização, contabilidade, uso dos recursos naturais tanto na matemática, história, geografia, ciências, artes (é o caso do artesanato), como na linguística (categorias nativas) e na antropologia.

Como espinha dorsal do currículo estão os temas ligados à gestão territorial, que se desdobram na preocupação pela revitalização cultural, no uso e preservação dos recursos naturais do Parque Indígena do Xingu e na relação com a sociedade não-indígena.

8.1. DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO GERAL:

LÍNGUAS:

Durante os cursos de formação, na comunicação com os assessores especialistas e entre os professores indígenas de diferentes povos a língua "franca" é português. No entanto, nos cursos de formação diferenciamos dois momentos distintos: estudo das línguas indígenas e estudo da língua portuguesa. Estes momentos de estudo linguístico também não são estanques, pois muitas comparações e análises das duas línguas são realizados pelos professores indígenas nos dois momentos de trabalho.

Como critério básico no processo de implantação do ensino diferenciado, mantivemos a mesma carga horária para o estudo das línguas indígenas e língua portuguesa. Além dos momentos específicos de estudo das línguas, em todas as disciplinas vêm sendo produzidos pelos professores indígenas textos nas línguas indígenas e na língua portuguesa, começando a nascer aos poucos no Parque Indígena do Xingu uma literatura indígena, com textos criados pelos professores participantes sobre situações cotidianas, tendo alguns professores indígenas iniciado o registro de canções e histórias contadas pelos mais velhos.

8.1.1. LÍNGUA INDÍGENA:

Objetivos:

1- Valorizar a língua indígena, reafirmando a importância da **oralidade** em todas as suas manifestações (no uso cotidiano, nos discursos formais e cerimoniais, na narração de histórias etc).

Esta reflexão sobre a oralidade, como instrumento fundamental para a transmissão de valores e conhecimentos vem sendo desenvolvida desde o primeiro curso com os professores indígenas.

Acervo ISA

A partir dessa perspectiva, o projeto vem propondo que se trabalhe na escola temas do universo cultural indígena, promovendo a participação, no processo escolar, de membros da comunidade, conhecedores da língua e da tradição (narradores de histórias, pajés, cantadores, especialistas diversos).

A participação dos velhos, seja no papel de "professores/narradores" ou de "conselheiros/supervisores" vem ocorrendo em muitas das escolas xinguanas. Esperamos que o debate sobre a educação escolar se amplie entre as lideranças e comunidades, para que possam trocar as diferentes experiências de integração entre a escola e a comunidade, como mais um espaço de valorização e transmissão dos conhecimentos tradicionais.

2- Desenvolver a **reflexão** meta-linguística sobre as línguas indígenas nos diferentes níveis (fonologia, gramática, léxico, semântica, discurso), visando propiciar o uso dessas línguas nos distintos campos de conhecimento e contextos sociais.

Durante os momentos de estudo das línguas indígenas vem sendo trabalhada a conscientização sobre: a estrutura fonológica, gramatical, lexical, semântica e discursiva de cada língua, inseridas nos contextos orais e sociais.

3- Desenvolver um sistema de **escrita** que possibilite o uso das línguas indígenas:
- no processo educacional, em todas as disciplinas do currículo escolar;
- como instrumento de expressão, de comunicação e de criação, nos novos contextos.
- como instrumento para desenvolver a auto-confiança, a auto-estima e valorização da língua;
- como instrumento para a documentação do saber indígena.

Etapas em desenvolvimento no estudo das línguas indígenas e perspectivas de continuidade do trabalho:

1. Elaboração de Alfabeto:

O alfabeto da maioria das línguas indígenas do PIX vem sendo construído num trabalho conjunto entre os professores indígenas e os linguistas. O linguista tem o papel de assessorar o professor índio na reflexão linguística.

Os alfabetos são experimentados, às vezes sofrendo alterações a partir da prática da escrita e do amadurecimento dos professores com relação à reflexão sobre a própria língua.

2. Desenvolvimento do uso da ortografia, reflexão sobre as diferenças entre texto oral e escrito, estudo das regras de pontuação.

O trabalho com a ortografia ultrapassa a simples escolha de alfabetos e exige um estudo mais profundo da língua, envolvendo a morfologia, a gramática, o léxico, a semântica, o discurso.

Acervo ISA

3- Desenvolvimento das capacidades de expressão e compreensão oral, de leitura e produção de diversos tipos de textos.

Ainda é reduzido o número de materiais escritos nas línguas indígenas. Podemos afirmar que existe uma literatura "emergente", com textos produzidos pelos professores indígenas, a maioria tratando de narração de situações vividas no cotidiano ou textos descritivos (sobre animais, sobre festas, trabalhos na roça ou de confecção de artesanato, por exemplo). Estão também surgindo, durante a assessoria, textos falando sobre higiene e saúde, criados pelos agentes de saúde e professores. Alguns professores começam também a documentar as histórias tradicionais contadas pelos mais velhos através do registro escrito da narração ou através da transcrição de fitas gravadas.

Os textos escritos vêm sendo compilados em materiais de alfabetização e leitura. É objetivo primordial do Projeto estimular e apoiar o surgimento de novos livros nas línguas indígenas.

Os professores indígenas estão documentando as narrativas tradicionais, a fauna e flora, a história de cada povo do contato inter-étnico e com os não-índios, as rezas, os discursos cerimoniais, as canções, os remédios.

4- Utilização da língua indígena em novos contextos, como instrumento de criação e transmissão de conhecimentos.

A assessoria linguística vem desenvolvendo um trabalho no sentido de conscientizar os professores indígenas sobre os diferentes mecanismos usados pelos falantes na criação de novos termos, ou na revitalização de termos em situação de desuso, através da pesquisa junto aos mais velhos. Este trabalho envolve a elaboração de terminologias específicas e desenvolvimento de estilos, que permitam o uso das línguas para tratar os conteúdos do currículo, bem como as novas situações decorrentes do contato. Para isso, podem ser desenvolvidas as seguintes estratégias (de acordo com Jung e Lopez, 1989 -Lima,Peru):

1. Recuperação de vocábulos a partir de pesquisas com os mais velhos e sobre áreas do conhecimento tradicional.
2. Criação de novos vocábulos a partir de recursos da própria língua.
3.- Recurso a empréstimos, com a devida adaptação fonológica.

Durante o estudo da língua, estas questões vêm sendo trabalhadas com os professores indígenas, como parte de sua formação enquanto linguistas.

5- Desenvolvimento de estratégias específicas para o estudo, documentação, ensino e valorização da língua indígena, nas situações em que ela já se tornou uma segunda língua (Trumai e Yawalapiti).

No sentido de resgate e documentação da língua cabe ressaltar o trabalho da linguista Raquel Guirardello, com professoras, jovens e adultos da comunidade Trumai. A equipe de educadores do Projeto tem desenvolvido orientações pedagógicas, priorizando principalmente o ensino oral da língua na escola, principalmente com as crianças, que tem o português como primeira língua.

A língua Yawalapiti se encontra numa situação bastante desprivilegiada, com poucos falantes, sendo que apesar do discurso em prol da conservação da língua, os próprios índios não estão mobilizados para desenvolver o estudo da língua. No V Curso (1996)

Acervo ISA

convidamos os Yawalapiti para trabalhar com um linguista da equipe, providenciando transporte para um falante mais velho e o professor índio (que fala Kuikuro). Apesar do convite ter sido realizado com bastante antecedência, os Yawalapiti não quiseram participar do trabalho de estudo das línguas indígenas.

8.1.2. LÍNGUA PORTUGUESA

A disciplina terá as seguintes referências conceituais:

1- Na relação assimétrica sociedades indígenas/sociedade nacional, o domínio da língua da sociedade majoritária é importante fator de equilibração dessa relação, uma vez que a discriminação e o preconceito se apóiam na falta de competência comunicativa nas diversas situações de interação que ocorrem, desde as mais corriqueiras até as de maior formalidade (encontros com autoridades públicas e outras).

2- O falante no processo de aquisicão de outra língua toma como ponto de partida as regras de sua própria língua. Desse modo, é importante tornar-se consciente do processo de interferência de uma língua sobre a outra.

3- A relação entre língua-padrão e variedades linguísticas, possibilitando aqui o reconhecimento das características e contexto de uso da língua-padrão e características da variedade da língua portuguesa dos falantes indígenas e não-indígenas do Parque Indígena do Xingu.

4- O pensamento metalinguístico necessário ao trabalho docente. A reflexão metalinguística se dará sempre que possível sobre a prática discursiva oral e escrita dos professores em formação.

5- O pressuposto de que a aprendizagem da língua portuguesa deve engendrar um conhecimento reflexivo e crítico sobre a realidade sócio-cultural com que interage o aluno, daí a ênfase na leitura e produção de textos significativos, desencadeadores do processo cognitivo.

6- O conceito de integração dos conhecimentos no processo de ensino/aprendizagem fará com que a disciplina de língua protuguesa durante as etapas do Curso de Formação seja planejada a partir de um eixo temático trabalhado por todas as disciplinas.

Objetivos

1- Possibilitar o desenvolvimento da competência comunicativa em língua portuguesa, nas modalidades oral e escrita, tendo como perspectiva seu uso funcional, em contextos diferentes do contexto da língua materna.

Acervo ISA

2- Conhecer aspectos da estrutura da lingua portuguesa através da leitura e produção de textos orais e escritos.

3- Conhecer a relação língua-padrão/variedade lingüística.

4- Conhecer as funções sociais da escrita.

5- Elaborar teoricamente a relação escrita/oralidade e cultura.

6- Desenvolver a capacidade de conhecimento crítico através da discussão compreensiva de textos de diferentes tipos.

7- Desenvolver a escrita como prática de reelaboração cultural e sistematização dos etno-conhecimentos.

Etapas em desenvolvimento no estudo da língua portuguesa e perspectivas de continuidade do trabalho:

1- Competência comunicativa em língua portuguesa através da conversação/exposição oral, leitura e produção de textos de diferentes tipos.

2- Competência comunicativa na modalidade oral de uso da língua portuguesa, de maior e/ou menor formalidade, através da reprodução/dramatização de situações de uso mais freqüentes.

3- Dificuldades específicas do falante de português como segunda língua, conhecidas através de atividades de conversação, leitura e produção de textos.

4- A questão do "erro"/hipótese no processo de construção do conhecimento.

5- Estrutura e organização de vários tipos de texto: narração, descrição, relatório, texto científico, poesia, prosa literária, textos publicitários, leis/decretos, cartas/cartões/bilhetes, convites, correspondência oficial, letras de música etc.

6- A escrita como prática de sistematização de atividade de pesquisa.

7- Aspectos da estrutura morfológica, sintática, semântica e gramatical da língua portuguesa, vistos através da conversação/exposição oral, leitura e produção de textos de diferentes tipos.

8- As funções sociais da linguagem oral e da escrita.

9- A importância social da leitura.

Acervo ISA

Vem sendo enfatizadas estratégias de leitura e compreensão de textos, para que os professores indígenas tornem-se leitores críticos e maduros, bem como capacitados para desenvolver estas estratégias junto aos seus alunos.

Durante o processo de formação, vêm sendo desenvolvidas as seguintes estratégias:

- Inferência do significado das palavras e do conteúdo.
- Desenvolvimento de velocidade na leitura.
- Identificação de opiniões e posicionamento.
- Habilidades de localização de ítens em textos que envolvam listagens (dicionários, listas telefônicas etc).

8.1.3. MATEMÁTICA:

Objetivos:

1- Situar a matemática como uma atividade histórica, social e cultural, valorizando os conhecimentos matemáticos tradicionais dos povos indígenas.

2- Propiciar a compreensão da matemática como uma forma de explicação e atuação sobre a realidade, através da classificação, comparação, quantificação e medição.

3- Estimular os professores indígenas a pesquisarem as suas formas de fazer matemática.

4- Desenvolver o estudo da matemática estabelecendo uma ligação com a realidade, a partir de situações relacionadas tanto às práticas tradicionais quanto às práticas provenientes do contato.

5- Promover o estudo da matemática a partir de situações concretas vivenciadas pela comunidade, com relação às atividades de produção, comercialização e aquisição de bens.

6- Proporcionar o acesso aos conhecimentos matemáticos acumulados pela humanidade, tanto das sociedades indígenas como das sociedades não-indígenas.

Etapas em desenvolvimento no estudo da matemática e perspectivas de continuidade do trabalho:

Uma das principais expectativas dos professores indígenas com relação à matemática é de um aprendizado que os capacite para as operações de compra e venda. Esse aprendizado não se dá de maneira a tornar a matemática uma disciplina isolada, reduzida ao estudo do sistema decimal e ao domínio das quatro operações, mas de modo coordenado com as demais disciplinas na compreensão do sistema econômico, político e social em que estas relações estão inseridas.

Acervo ISA

Por outro lado, também se faz necessário ampliar a visão desses professores com relação ao papel da matemática como forma de explicação e atuação sobre a realidade, não só no contexto do contato com a sociedade não-indígena, mas também dentro de sua própria cultura. Desse modo, o trabalho de formação na área de matemática vem abordando temas relacionados à realidade dos povos do PIX, tanto no que diz respeito às relações com a sociedade não-indígena como às práticas tradicionais de suas comunidades.

Nesse processo, vem sendo desenvolvido o estudo dos números e das relações numéricas partindo do sistema de organização das quantidades e de contagem de cada povo, a compreensão do sistema decimal, as operações (adição, subtração, multiplicação e divisão) contextualizadas na elaboração e resolução de problemas criados a partir da realidade cotidiana vivida pelas comunidades. Nesse sentido, o ensino da matemática está contextualizado no aprendizado da língua portuguesa e da relação de contato, tendo como estratégia pedagógica as dramatizações e a abordagem de situações de conflito (compra de produtos e venda - de gêneros ou artesanato - nos municípios vizinhos, ou em cidades como São Paulo, Brasília e Goiânia).

Dentro dos temas abordados outros conteúdos vêm emergindo como o uso da fração, porcentagem, proporcionalidade, números inteiros e decimais, os quais apresentam a necessidade de um estudo mais aprofundado. O encaminhamento de novos conteúdos será realizado a partir das necessidades levantadas dentro dos temas propostos para estudo.

Também vem sendo desenvolvido o estudo das medidas de comprimento , área, capacidade, volume e massa (abordando diversas unidades de medidas, desde as tradicionais dos povos indígenas aos padrões usados historicamente pela humanidade). Nesse aspecto a matemática está bastante relacionada ao ensino da geografia, principalmente na elaboração de mapas.

O estudo dos padrões de pinturas corporais e do artesanato, cuja geometria é bastante complexa, vem apresentando um campo riquíssimo no tocante ao estudo da geometria. Os professores indígenas também vem procurando pesquisar e documentar a riqueza de formas geométricas desses padrões, bem como os conceitos geométricos desenvolvidos por cada povo.

Nesse sentido a geometria abrange o estudo da natureza e o desenvolvimento da arquitetura, da organização dos espaços (da casa, da roça, das capoeiras e da mata), específica de cada povo.

Como resultado positivo da formação desenvolvida, foi possível perceber por parte dos professores indígenas um interesse crescente no estudo da geometria de seus povos, estando registrados no diário de classe momentos de ensino na escola dos padrões de pintura corporal e do artesanato, precedidos de pesquisa realizada pelo professor com os mais velhos.

Os povos do Parque Indígena do Xingu vêm se organizando também em Associações, gerenciadas por representantes indígenas, cuja expectativa é da

Acervo ISA

capacitação para a elaboração de planejamentos orçamentários, controle dos recursos financeiros, domínio das operações bancárias, elaboração das prestações de conta, entre outras ações administrativas das associações.

Para atender a essas expectativas, alguns temas de estudo vem sendo desenvolvidos, com base nas situações vividas pelas comunidades, de compreensão do sistema monetário brasileiro, da relação entre mercadorias, preço e mercado; das operações bancárias mais utilizadas pelos índios (cheques, controle de extratos e aplicações financeiras, juros); inflação, lucro e prejuízo. Neste sentido a equipe vem procurando atuar em conjunto com o Projeto de Alternativas Econômicas, onde as questões relacionadas à produção agrícola (banana-passa, farinha, mel, amendoim) e do artesanato são bastante problemáticas, exigindo dos índios uma compreensão das regras de mercado e uma capacitação para o gerenciamento de recursos. Embora a equipe não interfira nas relações internas de gerenciamento de recursos, bastante delicadas, se dando de maneira diferente em cada aldeia, é importante procurar compreendê-las, em conjunto com a equipe de Alternativas Econômicas.

8.1.4. HISTÓRIA

Objetivos:

1- Conhecer e valorizar a história de seu povo.
Recuperar, registrar e documentar a história de cada povo, buscando possibilitar a compreensão da realidade atual através de uma reflexão crítica da história e a reafirmação da identidade cultural.
Documentar a história do contato com os não-índios, bem como discutir os parâmetros atuais da relação dos povos do Parque Indígena do Xingu com a sociedade envolvente.

2- Estudo crítico da história do Brasil e da história universal, favorecendo o confronto de diferentes visões e versões.

Temas em desenvolvimento no estudo da disciplina de história e perspectivas de continuidade do trabalho:

1- Narrativas tradicionais de cada povo, narradas pelos homens e mulheres mais velhos, incluindo relatos da história oral.

Os professores indígenas estão iniciando a documentação destas histórias. Em algumas aldeias Kaiabi, Suiá e Yudja as comunidades estão construindo uma casa para ser a Escola do Índio* - local onde os velhos contam histórias, ensinam a fazer artesanato e divulgam os conhecimentos que consideram importantes para seu povo. Os professores indígenas têm participado da organização desse trabalho, integrando-o ao cotidiano da escola - assim os alunos escrevem e desenham as histórias contadas pelos velhos - também

Acervo ISA

os alunos da escola recebem aulas de confecção de artesanato, documentando através de textos e desenhos o que estão aprendendo.
* A Escola do Índio é um projeto de revitalização e documentação cultural, promovido pela ATIX - Associação Terra Indígena do Xingu, iniciado em 1996.

2- História do contato inter-étnico de cada povo, antes do contato com os não-índios.

A pesquisa junto aos homens e mulheres mais velhos dos diferentes povos (realizadas pelos professores indígenas) e as diversas fontes de documentação realizadas por pesquisadores, vêm contribuindo para o desenvolvimento do tema.

3- História do contato com os não-índios vivenciada por cada povo do Parque Indígena do Xingu e história da regularização e expansão territorial destes povos.

Este trabalho assumiu estas feições devido ao interesse dos professores indígenas. Eles estão pesquisando e registrando a história do contato com os velhos. Ao mesmo tempo, durante o processo de formação, estão estudando textos produzidos por pesquisadores não-indígenas sobre a história do contato de cada povo.

Também os professores têm manifestado interesse em conhecer a história do contato de outros povos indígenas do Brasil, sendo uma tarefa da equipe a organização das diversas fontes de documentação.

4- História do Brasil e da América:

A equipe deve procurar atender a expectativa dos professores em estudar a história do Brasil e da América. O estudo da história de alguns povos da América durante o V Curso resultou em conclusões bastante interessantes por parte dos professores, sendo a principal delas a constatação de que existem muitos povos indígenas na América e até no mundo, que podem compartilhar suas experiências e histórias, fortalecendo-se para o convívio com os não-índios. A escolha desse tema deveu-se principalmente à participação de dois representantes dos professores no "Tercer Encuentro Internacional por el Desarrollo y la Solidaridad de los Pueblos Indigenas y Campesinos", realizado de 28/11 a 08/12/96 no Equador, promovido pela Rainforest da Noruega.

O uso do vídeo nas aulas é importante no estudo da história, tanto na utilização de filmes históricos ("1492", "Como era gostoso o meu francês", por exemplo), como de filmes sobre outros povos indígenas do Brasil e da América.

A equipe definiu os temas abaixo para a organização de um plano de trabalho, que vem sendo construído de acordo com a expectativa dos professores indígenas. Na última etapa intensiva realizada em 1996, foi explicitado por alguns professores o desejo de conhecer melhor os povos africanos e sua história. O planejamento desse tipo de trabalho é bastante amplo, envolvendo não somente a história, mas todo o material visual, plástico, musical que possamos reunir para abordar o tema.

4.1. Os povos indígenas (sociedade, economia, língua e cultura) na época da chegada dos portugueses ao Brasil, recuperando diversas fontes de documentação histórica.
4.2. A sociedade européia na época das grandes navegações.
4.3. A chegada dos europeus à América e ao Brasil. A visão do europeu e a visão do índio.

Acervo ISA

4.4. A vida de povos indígenas da América, na época da invasão dos espanhóis e portugueses.
4.5. A ocupação territorial e a exploração econômica (pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, borracha).
4.6. O racismo e a escravidão dos povos indígenas e africanos.
4.7. Brasil colônia, Império e República.
Estudo da sociedade brasileira e da situação dos povos indígenas em diferentes épocas da História do Brasil, recorrendo a documentos históricos e a legislação referente a estes povos nestes períodos históricos.
- Resistência dos povos indígenas à ocupação de suas terras e à escravidão.
4.8. A imigração.
4. 9. Características étnicas da sociedade brasileira atual.

5. Política Indigenista:
5.1. O Serviço de Proteção ao Índio e a política indigenista.
5.2. A Fundação Nacional do Índio e a política indigenista.
5.3. A Constituição Brasileira de 1988..
5.4. Os movimentos indígenas.

6- História da humanidade:
6.1. Aspectos da vida e cultura de alguns povos da antiguidade.
6.2. A idade média, história do comércio, a revolução industrial. história moderna e contemporânea.
6.3. Aspectos da vida e cultura de diferentes povos do planeta.

8.1.5. GEOGRAFIA*

Objetivos:

1- Documentar e preservar o conhecimento geográfico e cosmológico indígena;

2- Dominar o saber geográfico escolar, produzido pela sociedade envolvente e por outras sociedades.

* A proposta está baseada num trabalho que vem sendo consolidado nos últimos 8 anos e cujo processo tem resultado na elaboração pela CPI-AC de inúmeros materiais pedagógicos amplamente reconhecidos pela comunidade acadêmica.

Acervo ISA

3- Direcionar o estudo da geografia para que através da compreensão do espaço físico-territorial sejam desenvolvidas ações visando o uso adequado e preservação dos recursos naturais, bem como o desenvolvimento de alternativas econômicas autosustentáveis.

4- Desenvolver o estudo da geografia numa prespectiva histórica, visando a análise crítica da ocupação do território de cada povo indígena, bem como da ocupação dos não-índios sobre o território indígena.

5- Conhecer e respeitar a pluralidade cultural.

Apresentação de temas em desenvolvimento no processo de formação:

Organização do espaço local e regional:

1- O que é geografia - como surgiu e para que serve.
A relação sociedade/natureza: povos indígenas e não-indígenas.

2- Território indígena: organização e produção do espaço geográfico.
-Cartografia.
- Conceito de território indígena.
- A relação natureza/sociedade indígena.
- O processo de invasão e demarcação do território indígena.
- Uso do território indígena: coleta, agricultura, caça e pesca, artesanato.
- Relação aldeia- terra indígena - cidade-Brasil-mundo.
- Alternativas econômicas visando o uso e preservação do território indígena e equilíbrio da floresta.
- Geografia cultural.

3- O estado de Mato Grosso
- Cartografia.
- O processo de invasão/ocupação do território indígena.
- A luta dos povos indígenas na conquista e utilização de seu território: as atividades econômicas dos povos indígenas.
- A apropriação e a utilização do território pelos não-índios.
- Circulação de mercadorias e pessoas.
- Mato Grosso no contexto econômico e cultural brasileiro e mundial.
- As marcas deixadas na natureza pelos não-índios.
- Os desequilíbrios ecológicos na vegetação, no solo, no clima, na hidrografia.
- Povos indígenas de Mato Grosso.
- A população não-índígena de Mato Grosso. As migrações.
- A miscigenação.
- Geografia cultural.

Acervo ISA

Organização de espaço brasileiro:
1- Cartografia indígena.
2- O processo de invasão e ocupação do território brasileiro.
3- Apropriação, utilização e conservação do território pelos povos indígenas:
-quem e quantos somos hoje.
- onde e como vivemos.
- como a natureza é utilizada pelos povos indígenas do Brasil.
-Economia: caça e pesca, coleta, agricultura, extrativismo e artesanato.
- Comércio entre índios e não-índios.
- A questão ambiental dentro dos territórios indígenas no Brasil.

4- Apropriação e utilização do território brasileiro pelos não-índios:
- Como a natureza é utilizada pelos não-índios.
- Os muitos "países" dentro de um só: os grandes contrastes regionais, a confirguração do centro e a periferia.
- A indústria definindo a organização do espaço geográfico dos não-índios.
- A economia brasileira atual: extrativismo vegetal e mineral, indústria, agricultura e pecuária, comércio interno e externo.
- A chegada dos estrangeiros brancos e negros.
- A miscigenação.
- Onde e como vivem os brasileiros da cidade e do campo.
- Somos iguais e diferentes: possíveis relações entre índios e não-índios.
- As marcas deixadas pela natureza pelos não-índios, os grandes desequilíbrios ecológicos.

5- O Brasil no contexto internacional: país de periferia.

Organização de espaço mundial:
1- Apropriação, utilização e conservação do espaço mundial pelos povos indígenas. A questão ambiental nas áreas indígenas do mundo.
2- Apropriação, utilização e conservação do espaço geográfico pelos não-índios:
A desordem mundial: determinantes históricos, políticos e econômicos como critério de regionalização.
- Processo de industrialização e urbanização na edificação do espaço mundial.
- Conceitos de centro e periferia. Configuração do centro: acumulação, imperialismo e multinacionais. Análise de um estudo de caso, como o Japão.
- Configuração da periferia, a questão de dependência e das desigualdades sociais. Estudo de caso.
-O mundo da economia planificada.
- A globalização da economia.
- As marcas deixadas na natureza pelos não-índios e desequilíbrios ecológicos.
-Grupos étnicos do planeta Terra.
- Somos iguais e diferentes: possíveis relações entre índios e não-índios.

Acervo ISA

8.1.6. CIÊNCIAS NATURAIS E PROGRAMA DE SAÚDE:

Objetivos

1- Desenvolver o estudo das relações dos seres vivos entre si e com o meio-ambiente, valorizando os sistemas de conhecimentos indígenas, como a classificação (flora, fauna, tipos de solo e de vegetação), manejo de espécies vegetais (sua diversidade, sobretudo das espécies cultivadas) e animais, dos recursos naturais, conhecimentos astronômicos e espirituais.

2- Estudar os fenômenos da natureza através das concepções indígenas e não-indígenas.

3- Estudar as transformações que os seres humanos realizam sobre o meio-ambiente, analisando as consequências positivas ou negativas dessa interferência, ressaltando a importância do uso adequado e da preservação dos recursos naturais não-renováveis.

4- Estabelecer a relação entre saúde e meio-ambiente, buscando alternativas para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida.

5- Promover um trabalho de educação para a saúde visando a melhoria das condições de vida e de saneamento, como forma de prevenção das doenças surgidas após o contato.

6- Valorizar a medicina tradicional indígena, ressaltando a importância dos especialistas em plantas medicinais e dos pajés.

Temas que vêm sendo abordados nas etapas intensivas e no acompanhamento pedagógico:

1-. Estudo do tempo relacionado ao meio-ambiente e à cultura :
- Alterações sazonais da natureza, que determinam a colheita, coleta e a extração de produtos da floresta, a caça e a pesca, o uso de instrumentos diversos para a obtenção de alimentos de acordo com a época.
- O tempo relacionado ao ciclo de festas, à confecção de artesanato, aos ritos de passagem, às excursões pela floresta e a coleta, ao trabalho da roça, ao preparo de alimentos.
- O tempo relacionado à alimentação e à saúde.
- Calendário escolar.

Acervo ISA

2-.Os animais e as plantas (levantamento das formas de classificação e de manejo de espécies tradicionais dos povos indígenas/ compreensão da taxonomia utilizada pelos não-índios). Estudo das plantas nativas e cultivadas, ressaltando a importância da preservação de espécies através das formas de manejo tradicional e da introdução de novas formas de manejo que possam ser adotadas em razão das alterações do território tradicional impostas pelo contato.

Nesse sentido a disciplina de ciências deverá acompanhar os Projetos de Saúde (UPM) e de Alternativas Econômicas (ISA), em andamento no Parque Indígena do Xingu.

3.- Educação e saúde:
- As formas tradicionais de uso dos recursos naturais.
- As atividades predatórias e suas consequências para o homem e o ambiente:
O desmatamento; a erosão; os agentes poluidores do ar, da água e do solo (queimadas, agrotóxicos, mercúrio, garimpos, lixo orgânico e inorgânico, radiação e lixo nuclear).
- Alterações climáticas e ambientais.
- Extinção de espécies vegetais e animais.
- Levantamento dos problemas ambientais enfrentados pelos povos do Parque Indígena do Xingu e estudo de estratégias de enfrentamento destes problemas, tais como:
- Nascentes dos rios fora dos limites do Parque Indígena do Xingu.
- Poluição das águas pelos fazendeiros, madeireiros e mineradores.
- Controle interno da preservação do rio.
- Controle interno do lixo orgânico e inorgânico, orientações quanto a contaminação causada por pilhas (um dos principais lixos do Parque).
- Queimadas.
- Invasões.
- Consequências ambientais da adoção pelos índios do modelo de pecuária usado pelos fazendeiros vizinhos ao Parque, que estimulados pelos mesmos, começam a ser adotados também pelos índios.

4 - Alternativas econômicas auto-sustentáveis que garantam a preservação do meio-ambiente e possam reverter quadros de degradação ambiental:
- Reflorestamento.
- Consórcio agro-florestal.
- Exploração racional e aproveitamento dos produtos da floresta.
- Manejo de fauna / criação de animais silvestres.

Referidas alternativas podem ser estudadas através das experiências desenvolvidas por outros povos indígenas, sendo aprofundadas no contexto do Projeto na medida que os povos do Xingu resolvam desenvolver, no âmbito do Projeto de Alternativas Econômicas, alguma ação dessa natureza.

Acervo ISA

5- Corpo humano
Estudo do corpo humano a partir do levantamento das classificações e concepções indígenas a esse respeito.
Comparação com os conhecimentos dos não-índios.

6- Doenças antes do contato com os não-índios, formas de prevenção e cura.
A representação da doença e sua prevenção para o índio.
- Doenças mais frequentes nas áreas indígenas, identificando as causas, sintomas e formas de prevenção (sarampo, gripe, cáries, doenças sexualmente transmissíveis etc).
- Saneamento básico e cuidados pessoais para a prevenção de doenças (diarréia, escabiose etc).
- Doenças transmissíveis e o contato entorno da área indígena.
- Alcoolismo.
- Mapeamento da situação de saúde e doença em cada povo.

7- Pesquisa da medicina tradicional:
Os pajés e os especialistas em plantas medicinais.

8- Alimentos:
- Alimentação tradicional.
- Composição e valor nutritivo dos alimentos tradicionais e não-tradicionais.
- Restrições alimentares de cada povo.
- A adoção de dieta não-indígena e suas consequências para a saúde.

9- Energia:
- Luz, calor, som, movimento, gravidade, eletricidade, magnetismo, combustão.
- Fontes naturais e artificiais de energia.

8.1.7. ARTES:

Objetivos:

O objetivo geral da disciplina de Artes na formação dos professores é discutir o conceito de "arte" e "linguagem artística" enquanto manifestação de uma necessidade estética e expressiva de caráter universal, de forma a permitir que os índios do PIX se vejam refletidos nessa concepção. Ao mesmo tempo considerar as funções da arte no âmbito das demais disciplinas, enquanto recurso que estimula a ação criativa e o desenvolvimento da imaginação, da fantasia e da sensibilidade.

1- Refletir sobre a dimensão do "olhar artístico" na realidade que nos cerca.

2- Refletir sobre a capacidade humana de integrar experiências e idéias através da linguagem artística.

Acervo ISA

3- Perceber, interpretar e usar as diferentes formas de expressão e comunicação nos diversos campos da arte, como música, dança, artes plásticas, artes cênicas, poesia e literatura, integrando-as às habilidades já presentes na cultura indígena.

4- Despertar nos professores indígenas a compreensão do sentido educativo da arte, identificando e valorizando estas manifestações dentro de sua própria cultura, e o que as singulariza frente a outras culturas, indígenas ou não; refletir de que maneira estas manifestações poderão ser tratadas no âmbito da escola ou do processo de ensino-aprendizagem.

5- Valorizar o desenvolvimento da intuição, imaginação, invenção e exploração lúdica, todas necessárias para a construção do conhecimento formal.

Temas em desenvolvimento:

1- Estudo das manifestações artísticas da humanidade, através da abordagem da "História da Arte".

2- Estudo das manifestações artísticas dos povos indígenas (elementos decorativos e simbólicos presentes nos objetos de uso cotidiano e ritual, arquitetura, música, dança, literatura oral e escrita, narrativas ritualizadas etc), respeitando os papéis sociais envolvidos nessas manifestações.

Em 1996, durante o V Curso de Formação, os professores indígenas do Pólo Yryku tiveram a oportunidade de acompanhar com entusiasmo a festa do povo Ikpeng. Os professores indígenas procuraram pessoas da comunidade para aprender mais sobre a festa (sua origem e significado, a tradução das canções, a continuidade da festa), gravaram as canções e fotografaram a festa. Os professores indígenas realizaram na aldeia Ikpeng, por iniciativa própria, a festa Tawarawanã, sendo uma oportunidade preciosa de troca cultural entre os diversos povos do Parque, possibilitada pelo Projeto de Formação de Professores.

Foram realizadas pelos professores indígenas, durante as aulas de geografia cultural, apresentações de músicas cantadas e tocadas por cada povo. Estes momentos de troca e aprendizado mútuo entre representantes de diversos povos, servem de estímulo para que cada professor pesquise e prepare novas apresentações para as próximas etapas. Também os professores indígenas vêm conhecendo outras danças do patrimônio cultural brasileiro, como a Ciranda, e músicas tradicionais.

3- A relação entre cultura material e artesanato.

Este tema está profundamente relacionado com os conteúdos da matemática, na medida em que introduz o conceito de "valor agregado"e formação de preços para as peças produzidas na cultura material com a finalidade de comercialização.

4- Oficinas de:
- desenho e pintura (espontâneo e temático);
- história em quadrinhos;

Acervo ISA

- música e canto;
- poesia;
- dramatização;
- produção e exploração de instrumentos musicais;
- produção de material didático pedagógico

8.2.DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

8.2.1. LINGUÍSTICA:

Objetivos:

A Linguística oferece subsídios aos professores indígenas, para o estudo e reflexão sobre suas línguas, propiciando a conscientização sobre o funcionamento das mesmas, possibilitando:
-controle e aperfeiçoamento da expressão escrita
-melhores condições para comparação dos sistemas linguísticos
- maior segurança no aprendizado de outras línguas
- definição de grafia e ortografia
- elaboração de materiais didáticos
- definição de metodologias
- reflexão sobre a normatização e padronização da língua escrita
- desenvolvimento de novos estilos

Pretende-se durante o processo de formação que os professores indígenas se tornem pesquisadores de sua própria língua, inclusive que possam a longo prazo, compreender e utilizar os materiais linguísticos existentes, bem como produzir novas pesquisas.

Outro objetivo da disciplina é introduzir noções de sociolinguística, tendo em vista oferecer subsídios aos professores índios para compreender, identificar e acompanhar a situação linguística de suas aldeias/ áreas indígenas e orientar metodologias e estratégias de trabalho na escola.

Para atender os objetivos propostos, a equipe de linguistas, em conjunto com os educadores, vem trabalhando tanto nas disciplinas de línguas indígenas quanto em língua portuguesa, os seguintes temas:

1. A natureza da linguagem:
- As características da linguagem
- Língua falada e língua escrita
A história da escrita: os distintos tipos de escrita
O caráter convencional do código escrito

2. A língua e seu estudo:

Acervo ISA

Fonologia
Morfologia
Sintaxe
Semântica
Pragmática

3- Reflexões sobre a língua, o indivíduo e a sociedade:
- Aquisição da língua materna
- Bilinguismo/ plurilinguismo
- Aquisição da língua portuguesa
- Língua e poder
-Variação e mudança linguística
- Língua e educação escolar:
Educação Bilíngue.
A língua materna na educação bilíngue.

8.2.2. METODOLOGIA DE ALFABETIZAÇÃO:

Os objetivos e temas de estudo descritos se aplicam no ensino das línguas indígenas e língua portuguesa.

Objetivos:

1- Desenvolver a reflexão de que, no processo de aprender a ler e escrever, a ênfase deve estar desde o início na construção do significado, ou seja, as habilidades de decodificação são necessárias, mas não são suficientes para definir o processo de leitura e escrita.

2- Capacitar os professores indígenas para serem alfabetizadores, numa perspectiva que considere tanto o processo de aquisição da base alfabética, quanto a aproximação e o uso sistemático de diferentes tipos de textos.

3- Promover o estudo da evolução da escrita ao longo da história da humanidade e a evolução da escrita das pessoas que iniciam o processo de alfabetização, explicitando que esse processo implica em uma construção e não se reduz a um aprendizado mecânico de um código.

4- Ressaltar a importância da produção escrita dos alunos, durante todas as fases do processo de alfabetização.

5- Conscientizar os professores da importância do uso de diversos tipos de textos (cotidianos, literários, descritivos , informativos etc), considerando-os como materiais didáticos no processo de alfabetização.

Acervo ISA

6- Promover a reflexão sobre a importância da cultura oral acumulada para o processo de alfabetização, utilizando nas aulas registros escritos de histórias, canções, receitas culinárias da cultura indígena. Ao mesmo tempo refletir sobre a necessidade do processo de alfabetização estar orientado por temas que façam parte da realidade e do contexto sócio-cultural de seus alunos.

7- Desenvolver com os professores atividades de leitura de diversos tipos de textos, refletindo sobre a importância da leitura como uma atividade a ser realizada com seus alunos, desde o início do processo de alfabetização, incentivando também os alunos a "lerem", através da pseudo-leitura.

8- Promover a reflexão sobre a importância da manutenção da tradição oral, através de narrativas de histórias dentro da escola, que pode ser realizada pelo professor e por outras pessoas da comunidade.

9- Promover a reflexão sobre a importância da interação entre os alunos na construção do conhecimento.

10- Propiciar a compreensão de que no processo de aquisição do conhecimento, tanto o individual quanto o social, ocorrem os chamados "erros construtivos", não se tratando de erros, mas de etapas do processo de compreensão do sistema alfabético.

11- Oferecer subsídios aos professores indígenas para que sejam capazes de elaborar atividades adequadas aos níveis de aquisição da língua escrita de seus alunos, tornando-se agentes criativos na contrução de uma metodologia própria de ensino, e não simples reprodutores de modelos já existentes.

Temas em desenvolvimento nas etapas intensivas e no acompanhamento pedagógico:

1- Estudo das fases de aquisição da escrita a partir da observação dos alunos das escolas indígenas.

Este trabalho vem se dando durante a assessoria, quando é possível um melhor acompanhamento dos alunos das escolas indígenas, e nos cursos de formação, ocasiões em que o professor apresenta cadernos e atividades desenvolvidas por seus alunos e o seu diário de classe.

2- Atividades pedagógicas variadas a serem trabalhadas de acordo com o estágio de aquisição de escrita dos alunos.

3- A elaboração de textos e atividades pedagógicas a serem utilizados como materiais didáticos nas diversas fases de aquisição da escrita.

Acervo ISA

4-- O papel do reconto oral, da pseudo-leitura e da reescrita de textos conhecidos, no processo de alfabetização.

8.2.3. METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:

A disciplina será trabalhada tendo as seguintes referências conceituais:

1- O conceito de que a língua expressa as relações sócio-culturais específicas de um contexto de conflito interétnico, integra uma rede de conhecimentos prático-teóricos e constitui um sujeito falante, no dinamismo de seu uso. O domínio de seu uso, nas variedades possíveis, na escola, se dará através da exposição e/ou produção de textos significativos e contextualizados, nas modalidades oral e escrita.

2- O conceito de *diglossia* - da sociolinguística - que parte da consideração de que o contexto de línguas em contato em situação assimétrica, quando uma das línguas é falada pelo grupo dominante sócio, política e economicamente, pode provocar a substituição de um uso linguístico, restringindo os domínios sociais de uso da língua indígena. No Parque Indígena do Xingu, o contexto de multilinguismo é reflexo da interação sócio-cultural que caracteriza aquele território indígena. A realidade de contato interétnico construído antes do contato com a sociedade nacional constituiu uma situação sociolinguística em que relações interétnicas simétricas favorecem o multilinguismo e relações interétnicas assimétricas (com a sociedade nacional) favorecem a dominância da língua nacional que, no contexto de multilingüismo, funciona como uma "língua franca". A formação do professor indígena e sua prática pedagógica desenvolveriam o conhecimento sistematizado dessa realidade sócio-cultural e a reflexão de estratégias de intervenção nessa tendência principal de deslocamento/substituição do uso linguístico, servindo de suporte para a consciência sobre o comportamento linguístico que mantivesse o multilinguismo.

3- O conceito de "erro"/hipótese, tanto no processo de aquisição da escrita quanto no processo de aquisição da língua dominante, constituinte do processo de desenvolvimento cognitivo, leva à concepção da participação ativa do discente, anulando uma pedagogia mecanicista de "correção" das explorações tentativas do discente. O conceito assimila as estratégias cognitivas de cada sujeito na construção/sistematização de conhecimentos no espaço de trânsito intra e intercultural.

4- A consideração de que a aquisição da competência comunicativa no uso da língua portuguesa partirá da oralidade, reproduzindo as situações de uso mais freqüentes para a compreensão do contexto de interação e do sentido das escolhas linguísticas.

5- A consideração de que o uso da língua portuguesa pelos falantes xinguanos também poderá servir de veículo da especificidade sócio-cultural intra e intercultural dessas sociedades.

Acervo ISA

Objetivos

1- Discutir as formas de aprendizagem de outra língua, detalhando as atividades pedagógicas que facilitam sua aquisição, na modalidade oral.

2- Conhecer a situação sócio-cultural das línguas em situação de contato, em termos de multilinguismo/bilinguismo e diglossia.

3- Produzir materiais didáticos para a aquisição da língua portuguesa nas modalidades oral e escrita.

8.2.4. LITERATURA E LITERATURA INFANTIL:

Objetivos:

1- Refletir sobre a linguagem literária como manifestação da criatividade.
O texto literário de base oral será o ponto de partida para essa etapa, levando em consideração a defasagem entre produção literária escita em língua portuguesa e o processo recente de constituição da escrita nas línguas indígenas.

2- Ampliar a competência na leitura e produção de textos nas línguas indígenas e portuguesa através do texto literário escrito.

Temas em desenvolvimento no processo de formação:

1- Reflexão sobre a produção literária no uso oral das línguas indígenas (narrativas, discursos rituais, cantos, fórmulas de cura).

2- Sistematização das características do texto literário em termos de função poética da linguagem (conotação e denotação) na prosa, discursos cerimoniais, poesias e canções.

3- Diversificação dos materiais didáticos usados pelos professores através do trabalho com o texto literário escrito.

4- Incentivo à criação, pelos professores índios, de textos literários em prosa e verso, em língua portuguesa e língua indígena.

8.2.5. ANTROPOLOGIA:

Objetivos:

1- Estimular os professores indígenas a se tornarem pesquisadores de sua cultura, buscando conhecimentos junto aos homens e mulheres mais velhos da comunidade.

Acervo ISA

Conscientizá-los da importância da valorização do saber tradicional, inclusive através da escola.

2- Promover a valorização da expressão narrativa e da oralidade como instrumento de transmissão de valores e conhecimentos tradicionais.

3- Promover a análise do conceito de cultura e uma reflexão sobre o respeito à diversidade cultural, através do estudo de sociedades indígenas e não-indígenas.

4- Promover a troca de conhecimentos entre os povos envolvidos no Projeto, estimulando o respeito e a cooperação.

5- Promover a reflexão sobre os processos educacionais (não escolares) nas sociedades indígenas.

6- Refletir sobre as relações sociais, econômicas e políticas nas sociedades indígenas antes e após o contato, analisando as mudanças decorrentes do convívio com a sociedade não-indígena.

7- Refletir sobre as relações sociais, econômicas e políticas na sociedade brasileira.

8- Possibilitar a discussão e avaliação da política indigenista no Brasil, através da análise da situação legal das terras indígenas, das lutas de diversos povos para a manutenção de seu território, seus direitos e tradições; da legislação vigente referente aos povos indígenas.

Temas de estudo a serem contemplados em Antropologia, relacionados também às demais disciplinas :

1- Análise do conceito de cultura e da diversidade cultural.
Oposição entre respeito à diferença cultural e preconceito. Discussão sobre racismo, etnocentrismo, conflitos étnicos e raciais.

2- Estudo das relações sociais e econômicas nas sociedades indígenas:
Parentesco e casamento
Chefia/ Organização política
Cooperação
Festas
A educação e o tratamento às crianças e idosos
Roça, caça, pesca e coleta
Trocas
Alimentos

Acervo ISA

3- Estudo das relações sociais e econômicas na sociedade brasileira:
- Parentesco e casamento
- Organização política
- Classes sociais
- A educação e o tratamento de crianças e velhos (violência, crianças de rua, asilos)
- Relações de trabalho
- Vida urbana x rural
- A indústria, a agricultura e pecuária, a mineração
- Distribuição de renda
- Emprego
- Trabalho escravo na história do Brasil e exemplos atuais

4- A cosmologia e o sobrenatural: a importância dos pajés e das narrativas tradicionais.

5- Situação legal das terras indígenas e as lutas empreendidas por diversos povos visando sua regularização e a retirada de invasores.
Mudanças na vida tradicional (relações econômicas, sociais e políticas) como consequência do contato (situações vividas por diferentes povos).
Legislação referente aos povos indígenas.
Manutenção e/ou revitalização da cultura (situação de diferentes povos/ a escola).

8.2.6.. METODOLOGIA E PRÁTICA DE ENSINO:

Objetivos:

1- Propiciar aos professores a reflexão sobre sua prática pedagógica e seus instrumentos (materiais diversos como jogos, livros, mapas; confeccionados pelo professor e seus alunos, obtidos na natureza).

2- Orientar e discutir a elaboração de planejamento de aula e o registro de sua prática no diário de classe, como instrumento de documentação e reflexão de seu próprio trabalho.

3- Orientar e discutir sobre as formas de avaliação do aprendizado dos alunos e do seu próprio desempenho enquanto professor.

4- Promover a troca de experiência entre os professores.

5- Refletir sobre as diferenças entre as formas tradicionais de transmissão de conhecimentos e os procedimentos dedutivos e indutivos implícitos no processo de ensino escolar.

6- Promover a análise crítica de diferentes materiais didáticos.

Acervo ISA

7- Envolver os professores indígenas na elaboração de um currículo e um calendário escolar diferenciados e específicos para suas escolas.

8- Oferecer subsídios para a organização da documentação escolar.

Temas em desenvolvimento nas etapas intensivas e no acompanhamento pedagógico:

1- Situações-problemas levantados a partir da prática pedagógica dos professores nas aldeias.

2- Experiências educacionais variadas, como subsídios ao aperfeiçoamento da prática pedagógica dos professores indígenas.

3- Orientações para motivação, aprendizado e planejamento das aulas, ressaltando a necessidade de que sejam desenvolvidas atividades lúdicas (jogos, brincadeiras, música, dramatizações, desenho), de produção oral e escrita.

4- O diário de classe como:
- registro das das atividades pedagógicas
- instrumento de reflexão do próprio trabalho
- acompanhamento do desenvolvimento dos alunos e avaliação do trabalho do professor.

O diário de classe tem sido utilizado como instrumento de acompanhamento e avaliação do trabalho do professor.

5- As diferentes formas de avaliação (formativa, diagnóstica e somativa - de acordo com a Proposta de Currículo de Formação de Professores Indígenas-CPI/AC,1996), esclarecendo o objetivo de cada uma delas.

8.2.7. METODOLOGIA DE PESQUISA

Objetivos:

1- Fornecer subsídios para que se possa resgatar, registrar e documentar a própria cultura, bem como sua interface com a sociedade envolvente.

2- Discutir o valor do conhecimento sistematizado para a tomada de decisões, tanto na atuação pedagógica quanto nas interferências decorrentes da relação com a sociedade nacional.

3- A sistematização de dados como subsídios para a elaboração de projetos.

Acervo ISA

4- Discutir as etapas de uma pesquisa, desde a definição do objeto até a sua análise.

Temas em desenvolvimento nas etapas intensivas e no acompanhamento:

1- Elaboração de roteiros, questionários, observação participante, coleta e sistematização de dados, relatórios, análise e apresentação de conclusões.

2- Prática de elaboração de projetos.

3- Transcrição de fitas.

8.2.8. EDUCAÇÃO FÍSICA

A falta de atividade física não é um problema para os povos do PIX. O contato permanente com a natureza e a necessidade de sobrevivência fazem com que, desde cedo, as crianças desenvolvam habilidades relacionadas com equilíbrio, motricidade, coordenação motora etc.

Embora as atividades físicas sejam constantes no dia-a- dia xinguano, os povos do PIX têm, como qualquer cultura, jogos esportivos tradicionais, tais como: a luta huka-huka, jogo de bola de mangaba com o joelho, jogo de tacos com coquinho, corrida de tora etc. O contato com a sociedade brasileira fez com que o futebol substituísse em grande parte os jogos tradicionais.

Objetivo:

1- Reavivar os jogos tradicionais, principalmente através das pesquisas dos professores indígenas junto aos mais velhos e mostrar outros tipos de jogos de interesse dos alunos.

Temas em desenvolvimento no processo de formação:

1- Pesquisa junto aos mais velhos para a realização dos jogos tradicionais.

2- Apresentação de modalidades esportivas relacionadas com jogos de quadra: basquete, vôlei etc, de acordo com o interesse dos professores e alunos.

Em 1995 os professores indígenas reivindicaram a introdução do vôlei nos cursos de formação, solicitando também o aprendizado das regras específicas do esporte. Na etapa intensiva de 1996 (V Curso) os professores indígenas tiveram a oportunidade de aprender a jogar vôlei, o que possibilitou momentos de socialização entre os participantes e o aprendizado de um jogo novo no contexto do Parque, onde domina o futebol.

Acervo ISA

8.2.9. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA:

Objetivos:

1- Promover com os professores indígenas uma reflexão sobre a história da escola na sua própria aldeia e na área indígena.

2- Refletir sobre a história da educação no Brasil, relacionada com o contexto social, econômico e político da sociedade brasileira.

3- Relacionar a história da educação escolar indígena com a política indigenista oficial.

Temas em desenvolvimento no processo de formação:

1- História da escola na aldeia e no Parque Indígena do Xingu.

2- Pesquisa sobre as práticas educacionais tradicionais na sociedade indígena.

3- Fases da educação escolar indígena (de acordo com Ferreira,1992)
- Educação jesuítica e a prática da catequese - primórdios da educação escolar dirigida aos povos indígenas.
- Educação escolar de cunho integracionista.
- Projetos alternativos de educação desenvolvidos por ONGS.

4- Educação escolar no Brasil.
Contraste entre a escolarização nas áreas rurais e urbanas.
Exclusão social e educação (a desistência escolar, os exames seletivos, a desproporção entre alunos que iniciam a escola primária e os que conseguem chegar à universidade).

5- As leis aplicadas à educação.

8.2.10. PSICOLOGIA EDUCACIONAL:

Objetivos:

1- Refletir sobre os processos próprios de aprendizagem dos povos indígenas, fora e dentro da escola.

2- Promover a reflexão sobre o desenvolvimento do aprendizado das crianças.

Acervo ISA

Temas em desenvolvimento no processo de formação:

1- A educação tradicional das crianças e jovens nas comunidades indígenas.

2- O aprendizado das crianças na escola. A construção do conhecimento realizada pelo aluno e o papel do professor proporcionando as situações de aprendizado.

3- A importância dos brinquedos e dos jogos no desenvolvimento infantil e no aprendizado na escola.

9. CRONOGRAMA DOS CURSOS:

1º CURSO - 1994	2º CURSO - 1994
Língua Portuguesa - 50	Língua Portuguesa - 50
Língua Indígena - 50	Língua Indígena - 40
Metodologia de Alfabetização - 10	Metodologia de Alfabetização- 20
Linguística - 10	Linguística - 20
Matemática - 40	Matemática - 50

3º CURSO - 1995	4º CURSO - 1995
Língua Portuguesa - 50	Língua Portuguesa - 40
Metod. Ensino Língua Portuguesa - 20	Metod. Ensino Língua Portuguesa - 10
Língua Indígena - 50	Língua Indígena - 40
Metodologia de Alfabetização - 20	Metodologia de Alfabetização - 20
Linguística - 20	Linguística - 10
Matemática - 40	Matemática - 40
História - 40	História - 40
Geografia - 40	Geografia - 40

5º CURSO - 1996	6º CURSO - 1997
Língua Portuguesa - 40	Língua Portuguesa - 40
Metod. Ensino Língua Portuguesa - 20	Metod. Ensino Língua Portuguesa - 40
Literatura e Literatura Infantil - 20	Literatura e Literatura Infantil - 20
Língua Indígena - 40	Artes - 20
Metodologia de Alfabetização - 10	Metodologia de Pesquisa - 20
Linguística - 10	Metodologia e Prática de Ensino - 40
Matemática - 40	Matemática - 40
História - 40	Ciências Naturais e Prog. de Saúde- 40
Geografia - 40	Educação Física - 20
Ciências - 40	
Educação Física - 40	

Acervo ISA

7º CURSO - 1997	8º CURSO - 1998
Língua Indígena - 50	Língua Portuguesa - 50
Metodologia de Alfabetização - 20	Metod. Ensino Língua Portuguesa - 30
Metodologia e Prática de Ensino - 20	Literatura e Literatura Infantil - 40
Metodologia de Pesquisa - 20	Metodologia e Prática de Ensino - 20
Linguística - 20	Metodologia de Pesquisa - 10
Geografia- 40	Matemática - 40
História - 40	Antropologia - 20
Artes - 20	Ciências Naturais e Prog. de Saúde - 70
Psicologia Educacional - 10	Artes - 20
Educação Física - 20	Psicologia Educacional - 10
	Educação Física - 10

9º CURSO - 1998	10º CURSO - 1999
Língua Indígena - 40	Língua Portuguesa - 40
Metodologia de Alfabetização - 20	Metod. e Prática de Ensino- 20
Linguística - 10	Literatura e Literatura Infantil - 40
Metod. e Prática de Ensino - 20	Metodologia de Pesquisa - 30
Antropologia - 30	Fund. Ed. Esc. e Ed. Esc. Indígena - 40
Ciências Naturais e Prog. de Saúde -70	Matemática - 30
História - 40	Antropologia - 30
Geografia - 40	Ciências Naturais e Prog. de Saúde - 70
Fund. Ed. Esc. e Ed. Esc. Indígena - 40	Artes - 20
Psicologia Educacional - 10	Psicologia Educacional - 10
Artes - 20	Educação Física - 10
Ed. Física - 10	

11º CURSO - 1999
Língua Indígena - 60
Linguística - 20
Fund. Educ. Esc. e Ed. Esc. Indígena- 40
Psicologia Educacional - 20
Ciências Naturais e Prog. de Saúde - 70
Artes - 20
Antropologia - 40
Educação Física - 30
Artes - 20

Devido ao caráter interdisciplinar da Proposta Curricular não é possível considerar cada disciplina como estanque. No caso das disciplinas de Línguas (Línguas Indígenas e Língua Portuguesa) as Metodologias de Alfabetização,

Acervo ISA

Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa e Linguística são trabalhadas simultaneamente. O mesmo ocorre com a Metodologia e Prática de Ensino e Psicologia Educacional (na perspectiva de estudar a construção do conhecimento pelo aluno), que são trabalhadas em cada disciplina estudada.

Cabe esclarecer também que nas etapas intensivas e no acompanhamento pedagógico diariamente o trabalho se realiza das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00, no entanto, durante as noites o trabalho prossegue, seja assistindo vídeos relacionados aos temas estudados, realizando reuniões de trabalho ou apresentações culturais de música e dança.

Como as dificuldades de realização da formação são muitas, principalmente em razão das dificuldades financeiras, os professores indígenas e professores consultores ministrantes dos cursos aproveitam ao máximo o tempo de trabalho que dispõe.

10. RELAÇÃO DE PROFESSORES CURSISTAS:

Posto Indígena Diauarum

PROFESSORES INDÍGENAS DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU:

1- Jemy Kaiabi - Escola Indígena de 1° Grau Kwasiat- Aldeia Capivara
2- Awatat Kaiabi - Escola Indígena de 1° Grau Kwasiat - Aldeia Capivara
3- Aturi Kaiabi - Escola Indígena de 1° Grau Itaau - Aldeia Tuiararé
4- Arupajup Kururu - Escola Indígena de 1° Grau Mo'ysing - Aldeia Kururu
5- Sirawan Kaiabi - Escola Indígena de 1° Grau Ka'i - Aldeia Guarujá
6- Matari Kaiabi - Escola Indígena de 1° Grau Jaytata - Aldeia Sobradinho
7- Moreajup Kaiabi - Escola Indígena de 1° Grau Cantinho do Arraia - Aldeia Arraia
8- Tarinu Yudja - Escola Indígena de 1° Grau Kamadu - Aldeia Tuba-Tuba
9- Adjiha Yudja - Escola Indígena de 1° Grau Kamadu - Aldeia Tuba-Tuba
10- Kari Yudja - Escola Indígena de 1° Grau Kamadu - Aldeia Tuba-Tuba
11- Tempty Suiá - Escola Indígena de 1° Grau Kisêdjê - Aldeia Rikô
12- Petoro Suiá - Escola Indígena de 1° Grau Kisêdjê - Aldeia Rikô
13- Kaomi Suiá - Escola Indígena de 1° Grau Ngosoko - Aldeia Ngosoko
14- Japariwá Kaiabi - Escola Indígena de 1° Grau Pequizal - Aldeia Pequizal
15- Awaoni Kaiabi - Escola Indígena de 1° Grau Diauarum - Posto Indígena Diauarum
16- Jamanary Kaiabi - Escola Indígena de 1° Grau Itauu - aldeia Tuiararé.
17- Kurapy Kaiabi - futuro professor da Escola Indígena de 1° Grau Takap- Aldeia Takap.

Acervo ISA

PROFESSORES DE OUTRAS TERRAS INDÍGENAS:

18- Peranko Panara - Escola Indígena de 1° Grau Nãsepotiti - Aldeia Nãsepotiti - Terra Indígena Panara/PA
19- Kiampopri Panara - Escola Indígena de 1° Grau Nãsepotiti - Aldeia Nãsepotiti - Terra Indígena Panara/PA
20- Poki Panara - Escola Indígena de 1° Grau Nãsepotiti - Aldeia Nãsepotiti - Terra Indígena Panara/PA
21- Txuakre Metyktire - Escola Indígena de 1° Grau Êti - Aldeia Metyktire - Terra Indígena Kapôt/Jarina
22- Tamôk Metyktire - Escola Indígena de 1° Grau Êti - Aldeia Metyktire - - Terra Indígena Kapôt- Jarina.
23- Kokopjeti Metyktire - Escola Indígena de 1° Grau Kapôt - Aldeia Kapôt - Terra Indígena Kapôt/Jarina.
24- Bebàiti Metyktire - Escola Indígena de 1° Grau Kapôt - Aldeia Kapôt - Terra Indígena Kapôt/Jarina.
25- Bepnhi Kaiapó -Escola Indígena de 1° Grau Kubekàkre - Aldeia Kubekàkre - Terra Indígena Mekrangotire
26- Eroit Kaiabi - Escola Indígena de 1° Grau Cururuzinho - Aldeia Cururuzinho - Terra Indígena Kaiabi/ PA
27- Tangeu'i Kaiabi - Escola Indígena de 1° Grau Cururuzinho - Aldeia Cururuzinho- Terra Indígena Kaiabi/ PA

Posto Indígena Pavuru

1- Kanawajuri Kamaiurá - Escola Indígena de 1° Grau Sol e Lua - Aldeia Morená
2- Aisanain Paltu Kamaiurá - Escola Indígena de 1° Grau Sol e Lua - Aldeia Morená
3- Wary Kamaiurá - Escola Indígena de 1° Grau Sol e Lua - Aldeia Morená.
4- Korotowï Ikpeng - Escola Indígena de 1° Grau Ikpeng - Posto Indígena Pavuru
5- Iokoré Kawakum Ikpeng- Escola Indígena de 1° Grau Ikpeng - Posto Indígena Pavuru
6- Maiuá Poampo Ikepng - Escola Indígena de 1° Grau Ikpeng - Posto Indígena Pavuru
7- Takap Pi-yu Trumai - Escola Indígena de 1° Grau Boa Esperança - Aldeia Boa Esperança
8- Yakairu Trumai - Escola Indígena de 1° Grau Alwa dad - Aldeia Terra Preta
9- Tawalu Trumai - Escola Indígena de 1° Grau Cocal - Posto Indígena de Vigilância Steinen
10- Sepé Kuikuro - Escola Indígena de 1° Grau Comunidade Karib Kuikuro - Aldeia Kuikuro
11- Yanamá Kuikuro - Escola Indígena de 1° Grau Comunidade Karib Kuikuro - Aldeia Kuikuro

Acervo ISA

12- Mutuá Kuikuro - Escola Indígena de 1° Grau Comunidade Karib Kuikuro - Aldeia Kuikuro
13- Teki Kuikuro - Escola Indígena de 1° Grau Afukuri - Aldeia Afukuri
14- Sikan Kalapalo - Escola Indígena de 1° Grau Tanguro - Aldeia Tanguro
15- Tahugaki Kalapalo - Escola Indígena de 1° Grau Tanguro - Aldeia Tanguro
16- Amatiwana Matipu - Escola Indígena de 1° Grau Matipu - Aldeia Matipu
17- Kaman Nahukuá - Escola Indígena de 1° Grau Nahukuá - Aldeia Nahukuá
18- Aigi Nahukuá - Escola Indígena de 1° Grau Nahukuá - Aldeia Nahukuá
19- Waranaku Aweti - Escola Indígena de 1° Grau Aweti - Aldeia Aweti
20- Makaulaka Mehinaku Aweti - Escola Indígena de 1° Grau Aweti - Aldeia Aweti
21 - Awajatu Aweti - Escola Indígena de 1° Grau Aweti - Aldeia Aweti
22- Jeika Kalapalo - Escola Indígena de 1° Grau Kalapalo - Aldeia Aiha
23- Ugise Kalapalo - Escola Indígena de 1° Grau Kalapalo - Aldeia Aiha
24- Hukai Kuhupi Waurá - Escola Indígena de 1° Grau Waurá - Aldeia Piyulaga
25- Yanahim Waurá - Escola Indígena de 1° Grau Waurá - Aldeia Piyulaga
26- Tangeakatu Kaiabi - Escola Indígena de 1° Grau Barranco Alto - Aldeia Barranco Alto
27- Yunaki Yawalapiti - Escola Indígena de 1° Grau Posto Leonardo - Posto Indígena Leonardo Villas-Bôas
28- Auta Kamaiurá - Escola Indígena de 1° Grau Leonardo Villas-Bôas - Posto Indígena Leonardo V. Bôas.
29 - Yawapula Mehinaku - Escola Indígena de 1° Grau Mehinaku - Aldeia Mehinaku.

11. EQUIPE RESPONSÁVEL:

COORDENAÇÃO/ EQUIPE DO ISA:

André Villas-Bôas - Coordenador do Programa Xingu - ISA
Maria Cristina Troncarelli - Coordenadora Pedagógica do Projeto de Formação de Professores Indígenas do Parque do Xingu - ISA.
Estela Würker - Educadora - ISA
Marina Kahn - Educadora e antropóloga, Secretária Adjunta do ISA.
Vera Feitosa - Editoração Eletrônica, colabora na elaboração dos materiais diáticos - ISA.

CONSULTORES MINISTRANTES DO CURSO:

Maria Cristina Troncarelli - Educadora responsável pelas disciplinas de Língua Portuguesa, Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa, Metodologia de Alfabetização, Metodologia e Prática de Ensino, Literatura e Literatura Infantil- ISA.
Susana Grillo Guimarães - Educadora responsável pelas disciplinas de Língua Portuguesa, Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa, Metodologia de Alfabetização, Metodologia e Prática de Ensino, Literatura e Literatura Infantil - Chefe do Departamento de Educação da FUNAI.

Acervo ISA

Estela Würker- Educadora responsável pelas disciplinas de História, Ciências Naturais e Programa de Saúde- ISA.
Jackeline Rodrigues Mendes - Educadora responsável pela disciplina de Matemática e Metodologia e Prática de Ensino - UNICAMP.
Claudio Lopes de Jesus - Educador responsável pela disciplina de Matemática e Metodologia e Prática de Ensino - UNICAMP.
Marina Kahn- Educadora responsável pela disciplina de Antropologia - ISA.
Renato Gavazzi - Geógrafo responsável pela disciplina de Geografia - CPI/AC.
Bruna Franchetto - Linguista e antropóloga, responsável pela disciplina de Línguas Indígenas dirigida aos professores Kuikuro, Kalapalo, Matipu e Nahukuá - UFRJ/Museu Nacional.
Lucy Seki - Linguista, responsável pela disciplina de Línguas Indígenas dirigida aos prof. Kamaiurá, coordenadora na UNICAMP/IEL do Projeto de Documentação das Línguas Indígenas do PIX.
Luciana Dourado - Linguista, responsável pela disciplina de Línguas Indígenas dirigida aos prof. Panará, UNICAMP.
Ludoviko C. dos Santos - Linguista, responsável pela disciplina de Línguas Indígenas dirigida aos prof. Suiá e Tapaiuna, UF de Londrina.
Cristina Fargetti - Linguista responsável pela disciplina de Línguas Indígenas dirigida aos prof. Yudjá, UNICAMP.
Cilene Campettela e Frantomé Pacheco- Linguistas, responsáveis pela disciplina de Línguas Indígenas aos prof. Ikpeng, UNICAMP.
Marcela Stuckler C. dos Santos - Linguista e antropóloga, responsável pela disciplina de Línguas Indígenas dirigida aos prof. Aweti, UFRJ/Museu Nacional.
Angel Corbera - Linguista responsável pela disciplina de Línguas Indígenas dirigida aos prof. Waurá, Mehinalu e Yawalapiti, UNICAMP.
Raquel Guirardello - Linguista, responsável pela disciplina de Línguas Indígenas dirigida aos prof. Trumai, Museu Goeldi/ Universidade do Texas.
Andrés Pablo Salanova - Linguista responsável pela disciplina de Línguas Indígenas dirigida aos prof. Metyktire e Mekrangotire - UFRJ/Museu Nacional.
Patrícia de Oliveira - Linguista, responsável pela disciplina de Línguas Indígenas dirigida aos prof. Kaiabi, UNICAMP.

ASSESSORES RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO:

Maria Cristina Troncarelli - Educadora, Coord. Projeto de Form. Professores, ISA.
Estela Würker - Educadora, ISA.
Marina Kahn - Educadora, ISA.
Jackeline R. Mendes - Educadora matemática, UNICAMP.
Cláudio Lopes de Jesus - Educador matemático, UNICAMP.
Cristina Fargetti - Linguista, UNICAMP.
Ludoviko C. dos Santos - Linguista, UF de Londrina.
Cilene Campetella - linguista, UNICAMP.

Acervo ISA

São responsáveis pela elaboração desta proposta os seguintes profissionais:
Organização Geral: Maria Cristina Troncarelli (Coordenadora Pedagógica do Projeto/ISA).
Línguas Indígenas e Linguística: Lucy Seki (Proposta Curricular de Formação de Professores Indígenas de Rondônia/IAMÁ), com a contribuição de Bruna Franchetto.
Língua Portuguesa, Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura - Susana G. Guimarães.
Matemática - Jackeline Mendes e Maria Cristina Troncarelli.
Antropologia - Maria Cristina Troncarelli e Betty Mindlin (Proposta Curricular/IAMÁ), com a contribuição de Bruna Franchetto.
Geografia - Renato Gavazzi (Proposta Curricular CPI/AC), com a contribuição de Maria Cristina Troncarelli, Bruna Franchetto, Estela Würker, Marina Kahn e Susana Guimarães.
História- Maria Cristina Troncarelli e Jackeline Mendes (Proposta Curricular/IAMÁ), com a contribuição de Estela Würker e Bruna Franchetto.
Ciências - Maria Cristina Troncarelli e Jackeline Mendes (Proposta Curricular/IAMÁ), com a contribuição de Estela Würker, Sofia Mendonça (UPM) e Bruna Franchetto.
Geografia - Renato Gavazzi (CPI-AC), com a contribuição de Maria Cristina Troncarelli, Estela Würker, Susana G. Guimarães, Bruna Franchetto e Marina Kahn.
Artes - Marina Kahn, com a contribuição de Jussara Gruber.
Metodologia de alfabetização- Maria Cristina Troncarelli, Aloma Carvalho e Maria Cristina Pereira (Proposta Curricular/IAMÁ).
Metodologia e Prática de Ensino - Maria Cristina Troncarelli, Susana Guimarães, Estela Würker e Marina Kahn.
Metodologia de Pesquisa - Susana Guimarães, Estela Würker e Bruna Franchetto.
Fundamentos da Educação Escolar Indígena - Maria Cristina Troncarelli, Susana Guimarães, Estela Würker e Marina Kahn.
Educação Física - Estela Würker.
Psicologia Educacional - Maria
Contexto - Bruna Franchetto
Bases Legais - Susana Guimarães.
Apresentação, bases conceituais, metodologia, avaliação- Maria Cristina Troncarelli.
Revisão da proposta - Maria Cristina Troncarelli, Estela Würker, Marina Kahn, Susana Guimarães e Bruna Franchetto.

Acervo ISA

12. BIBLIOGRAFIA:

- Agostinho, P., 1972 **Information concerning the territorial and demographic situation in the Alto Xingu.**. In W. Postal (ed.), The Situation of the Indians of South America, World Council Churches, Genebra.

- Amodio, Emannuele - **Materiales de apoyo a la formacion docente en educacion bilíngue intercultural,** Cultura 1, UNESCO, Chile, 1988.

- Báez-Jorge, Félix y Balderas, Amado Rivera - **La educacion bilíngue - bicultural- Encrucijada de las lealtades etnicas y los conflitos de clase.**

- Basso. E. B. 1969 **Xingu Society**. Tese de Doutorado. Univesity of Chicago, Chicago.

- Braggio, Silvia Lucia Bigonjal. **Leitura e Alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolingüística**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.

- Cardoso de Oliveira, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura**. São Paulo, Pioneira, 1976.

-Ceccon, Claudius; Ribeiro, Marcus V. e Alencar, Chico - **Brasil Vivo** - Vol. 1 e 2. Ed. Vozes, Petrópolis, 1994.

- Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional - Consejo Nacional de Fomento educativo y Departamento de Investigaciones Educativas- **Dialogar y Descubrir - Manual del Instrutor Comunitário**- México/ 1976.

- CIMI - **Com as próprias mãos** - Professores Indígenas Construindo a Autonomia de suas escolas - Brasília/DF, 1992.

- CPI/AC- Comissão Pró-Índio do Acre - **Geografia Indígena**, Acre, 1993.

- Comitê de Educação Escolar Indígena - MEC/SEF/ DPEF, Brasília, 1994 **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena.**

- Conselho Estadual de Educação do Acre - **Parecer 171/93** aprovando Proposta Curricular Bilíngue e Intercultural para as escolas indígenas do Acre..

-Convênio CPI/AC (Comissão Pró-índio do Acre) - SEC/AC (Secretaria Estadual de Educação do Acre.- **Proposta Curricular Bilíngue Intercultural para as escolas indígenas do Acre.**

Acervo ISA

- D'Ambrosio, U. - **Da realidade à ação; Reflexões sobre Educação Matemática** - Ed. UNICAMP, Campinas,SP.

- Davis, Claudia e Oliveira, Zilma de - **Psicologia na Educação** - Série Formação do Professor - Coleção Magistério Segundo Grau - Ed. Cortez, 1990.

- Deheinzelin, Monique - **A fome com a vontade de comer- Uma proposta curricular de educação infantil** - Ed. Vozes, SP, 1994.

- Fernandes, Florestan - **Educação e Sociedade no Brasil** - Edusp/Dominus, SP,1966.

- Ferreira, Mariana K. L. - **Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil**- Dissertação de Mestrado/ USP - SP, 1992.

- Ferreira, Mariana K. L. **Quando 1+1 = 2: Práticas Matemáticas no PQXIN**, 1988.

- Ferrero, Emília - **Alfabetização em processo**, Cortez,SP, 1986.

- Ferrero, Emília e Teberosky, Ana - **Psicogênese da língua escrita**, Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, 1984.

- Ferrero, Emília e Palacio, Margarita G. - **Os processos de leitura e escrita**, Ed. Novas Perspectivas, Porto Alegre, 1990.

-Fischman, Joshua. **The relationship between micro and macro-sociolinguistics in the study of who speaks what language ts whom and whe** In Journal of Social Issues, v. 23, nº 3, 1967.

Bilingualism and Biculturism as Individual and as Societal Phenomena, in Journal os Multilingual and Multicultural Development, vol. 1 nº 1, 1980.

-Franchetto, B. 1992 **O aparecimento dos caraíba:** para uma história kuikuro e alto-xinguana. M. C. da Cunha (org.), **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, SMC/FAPESP. pp.

- Freire, Paulo **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

Acervo ISA

Pedagogia do Oprimido, Ed. Paz e Terra, RJ, 1983.

Educação e Mudança - Ed. Paz e Terra, 1983.

Ação Cultural para a Liberdade - Ed. Paz e Terra, 1981.

A importância do ato de ler - Ed.Cortez, 1982.

-Galvão, Eduardo **O uso do propulsor entre as tribos do Alto Xingu,** Revista do Museu Paulista, IV: 353-368, XVI, 1950.

Cultura e sistema de parentesco das tribos do Alto Xingu, Boletim do Museu Nacional, 14, Nova Série, Antropologia, Rio de Janeiro, 1953.

- Goody, Jack. **Literacy in traditional societies**. Cambridge, Cambridge University Press, 1968.

- Grosjean, F. **Life with two languages: an introduction to bilingualism**. Harvad University Press, 1982.

- Gruber, Jussara - **"As extensões do olhar: a arte na formação de professores Ticuna"**, EM ABERTO, Brasília, ano 14,n. 63, jul/set/ 94, pp.122-136

- Gumperz, John J. e Gumperz, Jenny Cook. **"Introduction: language and the communication of social identity"**. In Language and Social Identity - Studies in Interactional Sociolinguistics. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

-Grumberg, G. 1970 **Contribuições para a etnografia dos Kayabí do Brasil Central.** Trad. por E.G. Wenzel de "Beitrage zur Ethnografie der Kayabi Zentral Brasiliens", in Archiv fur Volkerkunde. Wien, 24. pp. 24-185.

- Grupione, Luís D. B. - **Índios no Brasil** - Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

- Hamel, Rainier Enrique. **La politica del lenguage y el conflito interétnico**. In Política Lingüística na América Latina. Org. Eni Pulcinelli,Campinas, Pontes, 1988.

El contexto sociolinguistico de la ensenanza y adquisición del español en escuelas indígenas bilíngues en el Valle del Mezquital - en Estudios de Linguistica Aplicada - Número Especial, julho,1983, pág. 37 a 104.

Acervo ISA

- Heckenberger, Michael 1995 **War and peace in the Shadow of Empire: Sociopolitical change in the Upper Xingu of Southeastern Amazonia**, A.D. 1250 - 2000. PhD Thesis, University of Pittsburgh.

- IAMÁ -Instituto de Antropologia e Meio Ambiente - **Planejamento dos cursos de formação de Professores - Projeto de Educação-** 1993,1994,1995, Mindlin, Betty; Seki, Lucy; Troncarelli, Maria; Mendes, Jackeline; Carvalho; Machado, Sandra; Aloma; Szpigel, Mariza; Pereira, Maria Cristina; Gavazzi, Renato.
Planejamento dos cursos de formação de professores indígenas nas disciplinas de Língua Indígena, Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Artes.

Livro de Geografia . Rondônia,1995.

- INEP/MEC - **Em aberto** - Brasília, ano 14, número 63, 1994.

- Jung, Ingrid e López, Luís Enrique, Lima, Peru, 1989 - **El caso de Puno : Las Lenguas en la educacion bilingue.**

- Junqueira, Carmen, 1991, Educ/SP **Antropologia Indígena - Uma introdução.**

- Lima, T. S. 1986 **A vida social entre os Yudjá (índios Juruna)**. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.

- López, Luis Enrique y Moya, Ruth - **Pueblos Indios, Estados y Educacion-** Peru,1989.

- Mackey, Willian F. - **A tipology of bilingual education** em: Fishman, Joshua A. - Advances in the Sociology of language - Vol. II The Hague: Norton, 413-432, 1972

- Maher, Terezinha de Jesus M. - **Já que é preciso falar com os doutores de Brasília**- Subsídios para um curso de português oral em contexto indígena, Tese de Mestrado em Linguística Aplicada, UNICAMP, 1990.

-- MEC. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. In Cadernos de Educação Básica, Série Institucional, vol. 2, 1993.

- Meliá, B. - **Educação Indígena e Alfabetização-** Ed. loyola, SP, 1979.

- Mendes, Jackeline R. - **Descompassos na Interação Professor-Aluno na Aula de matemática em Contexto Indígena** -(Tese de Mestrado/ UNICAMP,1994).

Acervo ISA

- Menget, P. 1977 **Aux nome des autres. Classification des relations sociales chez les Txikão du Haut Xingu (Brésil)**. Tese de 3ème cycle, Université de Paris X, Nanterre.

- Mindlin, Betty - **Nós Paiter, Os Suruí de Rondônia** - Ed. Vozes, SP, 1985.

Tuparis e Tarupás, Narrativas dos Índios Tupari de Rondônia, Brasiliense/Edusp/ Iamá, 1993.

-

- Ministério da Educação e da Justiça - **Portaria Interministerial 559, de 16/04/91.**

- Ministerio de Educacion - **Politica Nacional de Educacion Bilingue**, Peru, 1972.

- Muñoz, Hector y Ledesma, Patrícia M. - **La alfabetizacion de las poblaciones indígenas - Una correlacion crítica de educacion y desarrolo** - Universidad Autonoma Metropolitana Iztapalapa, 1990.

- Monserrath, Ruth e Emeri, Loretta, **A conquista da escrita**, OPAN, 1989.

- Montte, Nietta L. - **A construção de currículos indígenas nos Diários de Classe - Estudo do Caso Kaxinawá/Acre** - Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

Repensando a educação indígena bilíngüe e intercultural - o caso Acre - In **Lingüística Indígena e Educação na América Latina** - Org. Lucy Seki, Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.

Uma experiência de autoria In Por uma educação indígena diferenciada, Fundação Nacional Pró-Memória, Brasília, 1987.

Proposta Curricular Bilíngüe Intercultural para o Magistério Indígena do Acre e Sudoeste do Amazonas. Comissão Pró-Índio/Acre, Coordenação de Nietta Lindenberg Monte, 1996.

- OPAN/CIMI, Aldeia Tapirapé, Santa Terezinha, Mato Grosso, 1986. **Proposta Curricular da Escola Indígena Tapirapé,**

- OREALC - Oficina Regional de Educacion para América Latina y el Caribe **Proyeto Principal de Educacion en America Latina y el Caribe.** Boletin 10-11, Chile,1986.

Acervo ISA

- Pacheco, Heloísa; Domingues, M.I. e Gouveia, M. S. **A escrita** - Grupo de Reflexões e Troca entre educadores - (mimeo) - Coord. Madalena Freire Wefort, SP, 1990.

- Padilha, Ana Maria L. e Galvão, Katia de Avila **Psicologia da Educação,** Projeto INAJÁ, maio/junho, 1994.

- Patto, M. H. S. (org.) **Introdução à Psicologia Escolar**, Queiroz, SP, 1981.

- Piaget, Jean **Seis Estudos de Psicologia** - Ed. Forense, 1967.

O nascimento da inteligência na criança - Zahar, RJ, 1970.

A psicologia da criança- DIFEL, SP/RJ, 1976.

- Rodrigues, Aryon Dall' Igna **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo, Loyola, 1986.

- Romanelli, Otaíza de Oliveira - **História da Educação no Brasil** - Ed. Vozes, 1978.

Schwartzman, S. 1987 **The Panará of the Xingu National Park: the transformation of a society**. Tese de Doutorado, Chicago, University Press: Chicago.

Seeger, A. 1981 **Nature and Society in Central Brazil: the Suyá Indians of Mato Grosso**. Cabridge: Harvard University Press.

- Sebastiani, E. - **Construção da casa indígena: Uma proposta de ensino de matemática**, in Anais VII - CIAME - Conferência Interamericana de Educação Matemática, São Domingos, República Dominicana, 1987.

- Secchi, Darci - **Diagnóstico da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso** - PNUD/ PRODEAGRO, Cuiabá/ MT, 1995.

A educação escolar indígena no Polo Geo-educacional do Xingu, Relatório Final de Consultoria, PNUD, PRODEAGRO, Cuiabá, 1996.

-Secretaria Estadual de Educação de São Paulo- Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas- **Proposta Curricular para o ensino de matemática 1.grau**

Acervo ISA

Secretaria Estadual de Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, São Paulo- **Proposta Curricular para o ensino de Ciências e programas de saúde 1. grau-.**

- Seki, Lucy - **Linguística Indígena e Educação na América Latina,** UNICAMP/Campinas,1993.

- SEP - Subsecretaria de Educacion Elemental - **Direccion General de Educacion Indigena** - México, 1986.

- Silva, Aracy Lopes e Grupione, Luís D. B. (org.) **A temática indígena na sala de aula,** MEC, MARI, UNESCO, 1995.

- Steinen, K. Von den 1942 **O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu**, São Paulo, Cia Ed. Nacional.

- Steinen, K. Von den 1940 **Entre os aborígenes do Brasil Central**. Separata da Revista do Arquivo. XXXIV a LVIII. São Paulo, Depto de Cultura.

-Taller Internacional para la revisión de los Programas de Estudio de la Reforma Educativa Boliviana 12 a 17/06/95 **Reforma Educativa Boliviana: Programas de Estudio de los Niveles de Educación Preescolar y Primario**, Bolívia, 1995

-UNI - **Documento da União das ações Indígenas apresentado na quarta sessão do grupo de trabalhos sobre populações indígenas da ONU** (mimeo), Genebra, 1985.

- Universidad Pegagógica Nacional- Secretaria Academica, Direccion de Docencia, **Licenciatura en educacion preescolar, Licenciatura en educacion primaria para el medio indigena - Plano de Estudios**, México, 1993.-

- Verswijver, G. **1992 The Club-Fighters of the Amazon. Warfare among the Kayapó Indian of Central Brazil.** Gent: Rijscuniversiteit te Gent.

- Vygostki, L. S. **A formação social da mente**, Martins Fontes, SP, 1984.

- Zuñiga, Madeleine **Educational Policies and experiments among indigenous populations in Peru-** Prospects, Vol. XX, n.3, 1990.

- Zuñiga, A. R. **Las matematicas modernas en las Americas: Filosofia de una reforma** - Trabalho apresentado na VIII CIAEM (Conferência Interamericana de Educação Matemática), Miami, 1991.

Acervo ISA

ANEXOS:

1- Relação das escolas do Parque Indígena do Xingu

2- Modelo de Relatório de Acompanhamento às Escolas Indígenas.

3- Fichas de Avaliação e Acompanhamento dos Professores Indígenas

4- Documento de Conclusão

5- Ficha de Matrícula e Termos de Compromisso

6- Ficha de Frequência

Acervo ISA

ANEXO 1

RELAÇÃO DAS ESCOLAS DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

1- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU TANGURO

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Tanguru	Loike Kalapalo Tahugaki Kalapalo e Sikan Kalapalo	34	Querência

Escola Bilíngue: Kalapalo / Língua portuguesa

2- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU KALAPALO

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Kalapalo	Jeika Kalapalo e Ugise Kalapalo	54	Querência

Escola Bilíngue: Kalapalo / Língua portuguesa

3- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU MATIPU

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Matipu	Amatiwana Matipu	17	Querência

Escola bilíngue: Matipu/ Língua Portuguesa

4- ESCOLA INDÍGENA BILÍNGUE DE 1º GRAU NAHUKUÁ

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Nahukwá	Kamanin Nahukuá Aigi Nahukuá	22	Querência

Ensino bilíngue: Nahukuá/ Língua portuguesa

Acervo ISA

5- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU ITAUU

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Tuiararé	Aturi Kayabi Jamanary Kayabi	23	Querência

Escola Bilíngue Kayabi/LP

6- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU KISEDJÊ

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Rikô	Tempty Suiá Petoroti Suiá	30	Querência

Escola Bilíngue Suiá/LP

7- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU NGOSOKO

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Ngosoko	Kaomi Kaiabi Suiá	11	Querência

Escola bilíngue Suiá/LP

8- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU AFUKURI

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Afukuri	Teki Kuikuro	21	Querência

Escola bilíngue Kuikuro/LP

9- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU CARIB COMUNIDADE KUIKURO

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Kuikuro	Sepé Kuikuro Ibene Kuikuro * Mutuá Kuikuro, Ianamá Kuikuro	42	Gaúcha do Norte

* agente de saúde bucal, também atua como professor.
Escola Bilíngue: Kuikuro/ LP

Acervo ISA

10- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU WAURÁ

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Piyulaga Waurá	Hukaikuhupi Waurá Yanahim Waurá	30	Gaúcha do Norte

Escola Bilíngue: Waurá/LP

11- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU AWETI

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Aweti	Waranaku Aweti Makaulaka Aweti Awajatu Aweti	17	Gaúcha do Norte

Escola Bilíngue: Aweti/ LP

12- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU MEHINAKU

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Uyaipioku Mehinaku	Yawapula Mehinaku	20	Gaúcha do Norte

Escola Bilíngue: Mehinaku/LP

13- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU LEONARDO VILLAS-BÔAS:

POSTO	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Leonardo	2 prof. não-índio (Juliana e Elizandra Lorenzetti) Yunaki Yawalapiti Auta Yawalapiti	60	Gaúcha do Norte

Ensino Língua Portuguesa

Acervo ISA

14- ESCOLA INDÍGENA DE 1° GRAU SOL E LUA

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Morená	Aisanain Paltu Kamaiurá Kanawajuri Kamaiurá* Wary Kamaiurá	18	Feliz Natal

* Prof. que atua também como agente de saúde.
Escola Bilíngue: Kamaiurá/ Língua portuguesa

15- ESCOLA INDÍGENA DE 1° GRAU TERRA PRETA:

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Terra Preta	Yakairu Trumai	18	Feliz Natal

Escola bilíngue: Trumai/Língua Portuguesa.

16- ESCOLA INDÍGENA DE 1 ° GRAU IKPENG

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Aldeia Moygu/ Posto Indígena Pavuru	Korotowï Ikpeng Maiwá Ikpeng Iokoré Ikpeng	72	Feliz Natal

Escola Bilíngue Ikpeng/ LP

17- ESCOLA INDÍGENA DE 1° GRAU JAYTATA

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Sobradinho	Matari Kaiabi	26	Feliz Natal

Escola bilíngue: Kaiabi/LP

Acervo ISA

18- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU COCAL

POSTO	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Posto Indígena de Vigilância Steinen	Tawalu Trumai	04	Feliz Natal

Escola bilíngue: Trumai/LP

19- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU BARRANCO ALTO:

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Barranco Alto	Tangeakatu Kayabi	06	Feliz Natal

Escola Bilíngue: Kaiabi/LP.

20- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU CANTINHO DO ARRAIA

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Arraia	Moreayup Kayabi	07	Feliz Natal

21- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU KA'I

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Guarujá	Sirawan Kayabi	22	Feliz Natal

Ensino Kaiabi/LP

22- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU BOA ESPERANÇA AWALDAD

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Boa Esperança	Takap Trumai Kaiabi	10	Feliz Natal

Ensino Kaiabi/LP

Acervo ISA

23- ESCOLA INDÍGENA DE 1 º GRAU KAMADU

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Tuba-Tuba	Tarinu Yudja Adjihá Yudja Karin Yudja	29	Marcelândia

Escola Bilíngue: Yudjá/ LP

24- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU MO'YSING

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Kururu	Arupajup Kaiabi	21	Marcelândia

Escola Bilíngue Kaiabi/LP

25- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU KWASIAT

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Capivara	Awatat Kaiabi Jemy Kaiabi	35	São Félix do Araguaia

Escola Bilíngue: Kaiabi/LP

26- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU DO POSTO INDÍGENA DIAUARUM

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
PI Diauarum	Awaoni Kaiabi Ngaindo Suiá Kaiabi	21	São Félix do Araguaia

Escola Multilíngue : Kaiabi, Suiá, LP.

Acervo ISA

27- ESCOLA INDÍGENA DE 1 ° GRAU POSTO DE VIGILÂNCIA PIARAÇU
* Terra Indígena Kapôt/Jarina

POSTO	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Piaraçu	Prof. não-índio contratado por São José do Xingu	15	São José do Xingu

Escola Língua portuguesa

28- ESCOLA INDÍGENA DE 1° GRAU ÊTI
*** Terra Indígena Kapôt/Jarina - MT**

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Metyktire / Cachoeira	Tamôk Metyktire Txuakre Metyktire	47	Peixoto de Azevedo

29- ESCOLA INDÍGENA DE 1° GRAU KAPÔT
*** Terra Indígena Kapôt/Jarina - MT**

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Kapôt	Kokopjeti Metyktire e Bebàiti Metyktire	77	Peixoto de Azevedo

30- ESCOLA INDÍGENA DE 1 ° GRAU NÃSEPOTITI
*** Terra Indígena Panará / PA**

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Nãsepotiti	Kiampopri e Peranko Panara	30	Altamira

Acervo ISA

31- ESCOLA INDÍGENA DE 1 º GRAU KUBEKÀKRE
*** Terra Indígena Mekrangotire/PA**

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Kubekàkre	Bepnhi Kaiapó e Bep-ôiô Kaiapó	41	Altamira

32- ESCOLA INDÍGENA DE 1º GRAU CURURUZINHO
*** Terra Indígena Kaiabi/PA**

ALDEIA	PROFESSOR (ES)	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO
Cururuzinho	Eroit Kaiabi e Tangeu'i Kaiabi	39	Jacareacanga

Número de escolas	**32**
Professores	**57 prof. indígenas** **03 prof. não-índios**
Número de alunos	**913**

População : 3.908 (UPM/95)

O quadro apresentado vem demonstrar a urgência da implementação da proposta curricular aqui descrita, sendo a capacitação de professores índios fundamental para atender a demanda por educação escolar.

Outros problemas existem como a falta de infra-estrutura das escolas (faltam mesas, bancos e lousas) e escassez de material escolar. Não existe regularidade na remessa, que vem sendo suprida, de maneira paliativa pelo ISA e pela Funai. As comunidades têm se responsabilizado pela construção das escolas, de palha e madeira, adequadas para a região.

Faltam também livros, tanto de literatura brasileira, quanto materiais produzidos em outras áreas indígenas, a serem usados como materiais de leitura e pesquisa. Os materiais didáticos elaborados pelos professores indígenas vêm sendo xerocados, enquanto procuramos encaminhar a sua publicação.

Acervo ISA

ANEXO 2

MODELO DE RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO ÀS ESCOLAS INDÍGENAS:

* Este modelo de relatório de acompanhamento foi elaborado com base nos desenvolvidos pela Comissão Pró-Índio do Acre, pelo IAMÁ, FUNAI e AVA. Trata-se de um roteiro a ser preenchido pelos consultores responsáveis pela assessoria às escolas indígenas do Parque Indígena do Xingu.

Este modelo deverá servir de roteiro a ser seguido pelo assessor na elaboração do relatório. O assessor deverá obedecer a numeração e responder todas as questões.

1-Período de assessoria:
2-Nome do assessor:
3-Nome da Escola-
4-Aldeia:
3-Município:

5-População da aldeia:
6-Povos que vivem na aldeia:
7-Situação Linguística da aldeia
Línguas faladas

8- INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLA E O PROFESSOR:

8.1-. Há quanto tempo existe a escola?

8.2. Nome do professor: **Idade:**

8.3. Tempo de atuação:

8.4. Escolaridade do professor (Onde, como, com quem , quanto tempo estudou?)

8.5. O professor desenvolve outros trabalhos na aldeia, além de lecionar?

8.6. Remuneração professor/ instituição

8.7. Cursos que o professor participou

8.8. Competência Bilíngue (explicitar as línguas faladas pelo professor):
MLI - Monolíngue língua indígena
MLP - Monolíngue língua portuguesa
BDLI- Bilíngue Dominante em Língua Indígena
BDLP- Bilíngue Dominante em Língua Portuguesa

Acervo ISA

MA - Multilinguismo Ativo (fala e entende)
MR - Multilinguismo Receptivo (Entende, mas não fala)

9. CALENDÁRIO ESCOLAR:
Meses de aulas:
Meses de recesso:
Motivo do recesso (roça, festas, coleta, outros)

10. ESTRUTURA E CONDIÇÕES FÍSICAS DA ESCOLA:
Especificar: tipo de construção (material, metragem, número de salas, se existe depósito de materiais), estado de conservação, localização na aldeia, condições dos mobiliários e equipamentos existentes.

10.1. Materiais e mobiliários necessários:

10.2. Organização da escola pelo professor (Como estão organizadas as mesas e carteiras/ situação do material existente - livros e materiais escolares, condições de acondicionamento / Observar se há materiais escritos afixados na escola - quais e em que línguas)

11. Materiais Didáticos/livros / jogos pedagógicos existentes na escola
(Especificar entre os materiais existentes, quais são mais usados pelo professor)

12. Materiais Escolares (diversificação e quantidade/ regularidade remessa/ quem fornece/ o que falta)

13. RELAÇÃO DOS ALUNOS POR TURMAS-
Listar e especificar o número de alunos por turma e o total (nome indígena e em português -se houver - e a idade de)
Horário de funcionamento, turmas e séries
Especificar qual o critério usado pelo professor para organização das turmas (situação de aprendizado, sexo, idade, outros)
Registrar a participação das mulheres na escola por turma (contextualizar).

14- Evasão escolar
Obs.Verificar Lista Anterior, observando se há alterações.
Identificar a razão da evasão escolar, caso seja observada.
Existem crianças e jovens que não frequentam a escola? Por que?

Acervo ISA

15-COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA DOS ALUNOS:

ALUNO	ENTENDE		FALA		ESCREVE		LÊ	
	LI	LP	LI	LP	LI	LP	LI	LP

16. COMPETÊNCIA DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA:
Conceito de número/quantidade (contagem na LI e LP)
Compreensão do sistema decimal/ Valor posicional/ sequência numérica
Soma
Subtração
Multiplicação
Divisão
Resolução de problemas
Especificar como vem se dando a pesquisa/estudo da geometria indígena.
Outros conteúdos (fração, porcentagem etc)

17. INFORMAÇÕES SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO DO PROFESSOR:

17.1. Línguas usadas pelo professor durante as aulas (oral e escrita)

17.2. Como, quando e por que o português é usado em sala de aula?

17.3. Como, quando e por que a Língua Indígena é usada em sala de aula?

18. DESCRIÇÃO DAS AULAS ASSISTIDAS:

19. Disciplinas e conteúdos trabalhados pelo professor na escola (verificar também o diário de classe). Como o professor trabalha cada disciplina (LP, LI, Matemática, Geografia, História e Ciências)? Caso o prof. deixe de trabalhar alguma das disciplinas explicitar o motivo.

20. OBSERVAÇÃO DA AULA DO PROFESSOR QUANTO A:

20.1. Atividades criativas x atividades de repetição e memorização.

20.2. Formas de motivação usadas pelo professor como estímulo ao aprendizado (Jogos, brincadeiras, atividades lúdicas, desenho etc)

Acervo ISA

21. Interação do professor com os alunos em sala de aula:
-Participação dos alunos: silêncio x passividade,como os alunos reagem às propostas do professor, todos realizam as atividades propostas pelo prof.?
- Existe um atendimento individual?
- Existem atividades em grupo orientadas pelo professor?
- Como se dá o estímulo à construção do conhecimento x respostas prontas, paciência do professor nas explicações etc.
- Interação alunos x alunos (Formas de cooperação nas relações ensino-aprendizagem).

22. Como o professor orienta a elaboração de textos pelos alunos e como utiliza textos escolhidos por ele? Especificar esse trabalho com relação à LI e LP.

Observar se o professor possibilita momentos de criação de textos pelos alunos, como o professor orienta os alunos nestas produções, como corrige os textos, se utiliza pedagogicamente os textos produzidos pelos alunos.
Registrar alguns temas sugeridos pelo professor para a elaboração de textos.
Observar como o prof. utiliza os materiais didáticos de alfabetização e de leitura em LI e LP e que tipos de textos são utilizados.

23. Relação da competência linguística do grupo com o desempenho na aprendizagem (facilidades e dificuldades em razão das condições linguísticas de professores e alunos):

24.Materiais didáticos utilizados nas aulas assistidas e decorrer do ano letivo
(livros, apostilas, jogos - consultar diário de classe)

25. Atividades mais utilizadas e apreciadas pelo professor e alunos

26. Como o professor planeja as aulas? Faz algum tipo de registro?

27. Avaliação do professor quanto ao aprendizado dos aluno (que critérios o professor usa para avaliar, que tipo de avaliação realiza?)
Se possível o assessor deverá recolher alguns materiais dos alunos como amostragem

28. Contextualização do que é ensinado na escola em relação ao universo cultural e em relação à compreensão dos alunos
Como a cultura está presente na escola? Os temas abordados atingem a compreensão e estão relacionados à realidade sócio- cultural?
Relação dos conteúdos trabalhados na escola com a valorização cultural e linguística.
Existe uma "Escola do Índio", implementada pela ATIX? Qual a participação do professor nesse trabalho? Como o professor aproveita o trabalho de resgate cultural na escola?

Acervo ISA

29. O professor desenvolve alguma atividade pedagógica fora da sala de aula? Quais? Com que objetivos? Caso negativo, por que?

30. Relação dos conteúdos trabalhados na escola com as questões ligadas às alternativas econômicas/ desenvolvimento sustentável (roça, atividades produtivas, compra e venda de mercadorias, caça e pesca etc).
A comunidade está envolvida em alguma atividade produtiva para comercialização? Qual? Como a comunidade se organiza para esta atividade?

31. Como são trabalhadas as questões ambientais internas (lixo, poluição do rio etc)

32. Como são trabalhados na escola as questões ambientais, políticas e econômicas que dizem respeito ao entorno do Parque?
Levantar se a comunidade mantém relações com as prefeituras dos municípios do entorno do Parque.

33. Como o professor se sente em seu trabalho?
Problemas, facilidades, dificuldades, metodologia, relação com a comunidade etc.

34. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ASSESSOR
Especificação do que foi trabalhado com o professor em relação aos seguintes pontos:

35.1. Planejamento das aulas
35.2. Orientações pedagógicas em cada disciplina trabalhada.
35.3. Avaliação do aprendizado dos alunos.
35.4. Orientações nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelo professor.

35.5..Descrição das aulas dadas pelo assessor ao professor e ao agente de saúde, Avaliação individual do desempenho.
Desempenho nas aulas, dificuldades, compreensão do que foi estudado, necessidades de trabalho mais intenso, temas/conteúdos de interesse etc.

36. Relação do professor com a comunidade
Como se dá a subsistência do professor?
A comunidade oferece algum tipo de apoio?
Relação do professor com as lideranças da aldeia, como essas lideranças vêem o trabalho do professor e a escola?.
Critérios de avaliação que a comunidade estabelece. Opinião da comunidade sobre a escola na aldeia e o trabalho do professor.

Acervo ISA

A postura do professor em relação à comunidade, observar se há interação entre o prof. e os demais membros da comunidade, além das lideranças, se o professor participa das festas e reuniões, como é seu desempenho nessas ocasiões.

37. Integração do trabalho do professor com o agente de saúde.
Há ações comuns do professor e do agente de saúde com relação à higiene na aldeia, lixo, saneamento etc?
O agente de saúde dá aulas na escola sobre prevenção de doenças?
Descrever a situação da aldeia com relação ao lixo, aos problemas de saúde, avaliação da comunidade com relação ao trabalho do agente de saúde.

38. Colaboração do professor na organização da comunidade e nas relações de comercialização.
Existe? Como se dá?

39. Outras observações:

Acervo ISA

ANEXO 3

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS PARA O MAGISTÉRIO

MODELO DAS FICHAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS:

* Esta ficha individual é organizada pela Coordenadora do Projeto a partir dos relatórios de acompanhamento pedagógico à escola e relatórios do desempenho dos prof. indígenas nos cursos.

INFORMAÇÕES SOBRE O PROFESSOR:

1. Nome:
2. Idade (ano de nascimento):
3. Nome da escola:
4. Aldeia:
5. Polo:

6. Nome do pai:
Nome da mãe:

7. Documentos (caso o professor possua):
Certidão de Nascimento (pode ser da FUNAI):
RG:
CIC:
Título de Eleitor:

8. Estado civil:
Número de filhos:

9. Escolaridade (onde, quando, com quem, o que estudou)

10. Etapas intensivas do curso que participou

11. Assessorias realizadas na escola (especificar as datas e o nome do assessor)

12. Remuneração por instituição pública ou privada.

Acervo ISA

13. Competência Linguística do Professor:

FALA		ENTENDE		ESCREVE		LÊ	
LI	LP	LI	LP	LI	LP	LI	LP

14. Especificar se o prof. desenvolve outros trabalhos na aldeia:

15. População da aldeia:

16. Povos que vivem na aldeia:

17. Situação Linguística da aldeia:

18. Período de existência da escola:

19.Tempo de trabalho do professor (desde quando leciona).A escola teve outros professores? Por que as alterações?

20. Calendário escolar adotado
Período de aulas:
Recesso:
Motivo recesso (festas, roça, atividades produtivas p/ comercialização etc)

21. Estrutura e condições físicas da escola:

21.1.Organização do espaço da escola e dos materiais, realizada pelo professor:

21.2. Materiais e mobiliários necessários:

22. Materiais didáticos/ livros/ jogos da escola:

Relação dos alunos por turmas e séries (critérios usados pelo prof. para a divisão)
Registrar se há evasão escolar através das listas anteriores e o motivo
Observar a presença das mulheres na escola (contextualizar)

Acervo ISA

23. Competência linguística dos alunos:

ALUNO	FALA		ENTENDE		ESCREVE		LÊ	
	LI	LP	LI	LP	LI	LP	LI	LP

24. Informações sobre a atuação pedagógica do professor:
Que disciplinas são trabalhadas na escola?
Como o prof. organiza suas aulas/ como se dá a participação dos alunos/ a relação entre os alunos e com o prof.
Planejamento das aulas
Registro no diário de classe
Anotações transcritas do diário do professor sobre as aulas realizadas
Atividades criativas x atividades de memorização/repetição
Formas de motivação para o aprendizado dos alunos
Informações sobre o trabalho do professor em cada disciplina
Quais os conteúdos/temas escolhidos pelo prof.?
Quais os materiais didáticos/ livros/ jogos mais utilizados?
Como o professor trabalha a cultura na escola?
O professor propõe a elaboração de textos pelos alunos?Como ele trabalha com estes textos?

25.Critérios de avaliação dos alunos utilizados pelo professor

26. Como o prof. trabalha com as questões ambientais e as questões relacionadas ao entorno do Parque?

27. Como o prof. se articula com o agente de saúde? Há algum trabalho conjunto de educação para a saúde?

28. Participação do professor nas atividades promovidas pela comunidade (festas, reuniões, roças, Associações Indígenas etc)

29. Avaliação realizada pela comunidade com relação ao trabalho do professor, expectativas da comunidade com relação à escola.

30. O prof. colabora com a comunidade na organização da produção para comercialização? Há atividades destinadas à comercialização?

31.Estágio das pesquisas desenvolvidas pelo professor (quais são e como vem se desenvolvendo)

Acervo ISA

32. Observações sobre a aldeia:
Situação de saneamento, saúde, higiene, saúde bucal, língua, cultura, invasões, relação com não-índios, doenças etc.

33. Avaliação com relação a seu desempenho do prof. em cada disciplina:

Língua Indígena

Língua Portuguesa

Geografia

História

Ciências

Matemática

Artes

Antropologia

Metodologias (ensino de LP, prática de ensino, de alfabetização e de pesquisa)

Fundamentos da ed. escolar indígena

Linguística

Educação Física

34. Auto- avaliação do prof. com relação à sua atuação (dificuldades, perspectivas, expectativas, interesses de estudo e pesquisa etc)

Anexar para efeito de avaliação:
Textos do prof. produzidos em todos os momentos da formação
Anotações de seu diário de classe
Pesquisas desenvolvidas

Acervo ISA

ANEXO 4

Documento de conclusão do Curso
(de acordo com modelo fornecido pela SEDUC/MT):

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU PARA O MAGISTÉRIO

DOCUMENTO DE CONCLUSÃO

O cursista _____ após concluir todas as etapas do Projeto de Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu, Polo _____, com _____% de frequência, de acordo com o parecer nº _____/ CEE e Resolução nº_____/CEE, está habilitado para o exercício do Magistério Ensino Fundamental, 1º a 4º séries, e em condições de cursar o terceiro grau em qualquer estabelecimento de ensino do país.

Acervo ISA

ANEXO 5

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO ESTADO DE MATO GROSSO
COORDENADORIA DE ASSUNTOS INDÍGENAS
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU PARA O MAGISTÉRIO

FICHA DE MATRÍCULA

Nome do aluno:
Nacionalidade: **Povo:**
Data de Nascimento: **Sexo:** **Estado:**

Nome do pai:

Nome da mãe:

Tempo de trabalho do professor:

Escolaridade:

Nome da escola em que leciona:

Aldeia: **Município:**

Documento:

Local: **Data:**

_____ _____
Assinatura do responsável pelo Projeto **Assinatura do aluno**

* Modelo de Ficha de Matrícula da Secretaria de Educação do Estado de MT, adaptado ao Parque Indígena do Xingu

Acervo ISA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COORDENADORIA DE ASSUNTOS INDÍGENAS
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

TERMOS DE COMPROMISSO

Eu _____, prof. da Escola _____, localizada na aldeia _____, no município de _____, portador do documento _____, residente na aldeia _____, no Parque Indígena do Xingu, firmo o compromisso de matricular-me e permanecer durante todas as etapas do Projeto de Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu (cursos de formação e acompanhamento pedagógico).

Critérios para se matricular no Projeto:

- Ter mais de 16 anos.
- Ser indicado pela comunidade.
- Gostar de dar aula, de trabalhar com crianças e adultos, gostar de estudar.
- Não ter problemas de consumo de bebidas alcóolicas ou drogas.

- Ter consciência que o fato de participar do Curso de Formação de Professores Indígenas não lhe garantirá, automaticamente, um emprego.

Local: Data:

Assinatura do (a) professor (a):_____

Acervo ISA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO **(ANEXO 6)**
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
ESCOLA ESTADUAL DE SUPLÊNCIA DE 1º E 2º GRAUS DE CANARANA
NOME DO CURSISTA:

FICHA DE FREQUÊNCIA E APROVEITAMENTO

94

DISCIPLINAS	1º ETAPA		2º ETAPA		3º ETAPA		4º ETAPA		5º ETAPA		6º ETAPA	
	Carga Horária	% Faltas	Carga Horária	% Faltas	Carga Horária	% Faltas	Carga Horária	% Faltas	Carga Horária	% Faltas	Carga Horária	% Faltas
Língua Indígena												
Líng. Portuguesa												
Matemática												
História												
Geografia												
Ciências Naturais e Prog. de Saúde												
Artes												
Linguística												
Met. de Alfabetiz.												
Met. de Ensino da Língua Portug.												
Literatura e Lit. Infantil												
Antropologia												
Met. e Prat. Ens.												
Met. Pesquisa												
Fund.Ed. Esc. Ind												
Psic. Educacional												
Educação Física												

Acervo ISA

DISCIPLINAS	7° ETAPA		8° ETAPA		9° ETAPA		10° ETAPA		11° ETAPA		Etapa Suplementar p/reposição C.H.	
	Carga Horária	% Faltas	Carga Horária	% Faltas	Carga Horária	% Faltas	Carga Horária	% Faltas	Carga Horária	% Faltas	Carga Horária	% Faltas
Língua Indígena												
Líng. Portuguesa												
Matemática												
História												
Geografia												
Ciências Naturais e Prog. de Saúde												
Artes												
Linguística												
Met. de Alfabetiz.												
Met. de Ensino da Língua Portug.												
Literatura e Lit. Infantil												
Antropologia												
Met. e Prat. Ens.												
Met. Pesquisa												
Fund.Ed. Esc. Ind												
Psic. Educacional												
Educação Física												